

FAMÍLIAS DE MENINOS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE CAXIAS DO  
SUL: *LOCUS* DE CONTROLE, SITUAÇÃO ATUAL DE VIDA E EXPECTATIVAS  
PARA O FUTURO.

Maria Elisa Fontana Carpena

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em  
Psicologia sob orientação da Profa. Dra. Silvia Helena Koller

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Instituto de Psicologia  
Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento

Maio, 1999.

“Quando a criança se torna uma ameaça  
é sinal que a sociedade  
atravessa uma profunda decadência”.  
(César de La Rocca)

## AGRADECIMENTOS

Ao Mário, meu marido, que me ajudou, com sua paciência e por vezes impaciência a entender e a aceitar minhas limitações.

À Anna Luísa, minha filha querida, pela compreensão, mesmo quando reivindicava minha presença, sabendo tolerar minhas faltas.

À minha mãe e irmãos, pelo estímulo e reconhecimento.

Às colegas do mestrado com quem dividi momentos importantes.

Às colegas do CEP-RUA/UFRGS, pelo acolhimento e incentivo.

Às alunas de Psicologia da UCS, Evânia, Gislaine, Juliana, Liliane, Luciana, Samile e Sheila, pelo interesse, dedicação e ajuda.

Aos meninos participantes deste estudo, que além da disponibilidade para responder às entrevistas, me ensinaram uma outra forma de ver o mundo.

Aos familiares entrevistados neste estudo, pela confiança.

Em especial, à minha querida orientadora Dra. Silvia Helena Koller, pelo constante incentivo, por acreditar no meu desejo de desenvolver um bom trabalho, pelos estímulos dados ao longo destes dois anos e principalmente por sua amizade e carinho.

## SUMÁRIO

	Página
Sumário de Tabelas.....	5
Resumo.....	8
Abstract.....	9
CAPÍTULO	
INTRODUÇÃO	
1.1.Abordagem Ecológica do Desenvolvimento.....	10
1.2.Meninos e meninas em situação de rua:	
1.2.1.Definição.....	13
1.2.2.Saída de casa.....	14
1.2.Resiliência, vulnerabilidade e fatores de risco.....	17
1.3.Família.....	19
1.4.Adolescência.....	24
1.5.Fatores Protetivos.....	25
1.6.Locus de controle.....	26
II. MÉTODO:	
2.1.Participantes.....	29
2.2.Instrumentos.....	32
2.3.Procedimentos.....	33
III. RESULTADOS.....	36
IV. DISCUSSÃO.....	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	76
Anexo A.....	82
Anexo B.....	86

## Sumário de Tabelas

	Página
Tabela 1. Idade dos meninos participantes.....	29
Tabela 2. Série em que os meninos entrevistados dizem estar.....	30
Tabela 3. Até que série estudou quando do abandono da escola, segundo os meninos entrevistados.....	30
Tabela 4. Local onde dormem, segundo os meninos entrevistados.....	30
Tabela 5. Pessoas que são consideradas como da família pelos meninos em situação de rua.....	31
Tabela 6. Número de pessoas que fazem parte da família, segundo familiares entrevistados.....	31
Tabela 7. Membros da família, segundo os familiares entrevistados.....	32
Tabela 8. Número de filhos, segundo os familiares entrevistados.....	32
Tabela 9. Frequência e percentagem de motivos dados pelos meninos em situação de rua para o abandono da escola.....	36
Tabela 10. <i>Locus</i> de controle dos meninos em situação de rua sobre o fato de parar de estudar.....	37
Tabela 11. <i>Locus</i> de controle dos meninos em situação de rua sobre o que poderia ter mudado o acontecido com relação ao estudo.....	37
Tabela 12. Tempo que faz que o menino em situação de rua saiu de casa pela primeira vez.....	38
Tabela 13. Motivos apontados pelos meninos em situação de rua para a saída de casa.....	38
Tabela 14. <i>Locus</i> de controle com relação à primeira saída de casa.....	39
Tabela 15. <i>Locus</i> de controle quanto aos fatos que poderiam ter evitado a saída de casa.....	39
Tabela 16. Fator desencadeante da saída de casa.....	40

Tabela 17. <i>Locus</i> de controle dos meninos em situação de rua quanto aos fatos que poderiam ter resultado na volta para casa.....	40
Tabela 18. Atividades que geram renda na rua.....	41
Tabela 19. <i>Locus</i> de controle dos meninos em situação de rua quanto ao fato de levar alguma ajuda para casa.....	41
Tabela 20. Frequência com que os meninos em situação de rua voltam para casa.....	42
Tabela 21. Pessoa que mais gosta na família.....	42
Tabela 22. Pessoa que mais gosta fora da família.....	43
Tabela 23. Existência de alguém muito mau na família.....	43
Tabela 24. Situação de <i>stress</i> vivenciada em casa ou na vizinhança.....	44
Tabela 25. Situação de risco das quais os meninos em situação de rua foram vítimas.....	44
Tabela 26. <i>Locus</i> de controle sobre o fato de serem vitimizados.....	45
Tabela 27. <i>Locus</i> de controle dos meninos em situação de rua sobre o que deveria ter ocorrido para que não tivesse sido vítima de situações de risco.....	45
Tabela 28. Frequência e percentual de respostas quanto ao fato de ser forçado a fazer alguma coisa que não queria.....	46
Tabela 29. <i>Locus</i> de controle sobre o fato de ter sido obrigado a fazer algo que não queria.....	46
Tabela 30. <i>Locus</i> de controle dos meninos em situação de rua sobre o que deveria ter acontecido para não ter se submetido ao que lhe foi forçado.....	47
Tabela 31. Motivos que levaram os meninos em situação de rua a evitar a prostituição como forma de ganhar dinheiro.....	48
Tabela 32. Medo que os meninos tinham quando estavam em casa.....	48
Tabela 33. Medos que os meninos entrevistados têm hoje, nas ruas.....	49
Tabela 34. Tipo de reação ao sentimento de medo.....	49
Tabela 35. Frequência e percentual de respostas sobre o pior acontecimento de suas vidas.....	50

Tabela 36. <i>Locus</i> de controle dos meninos entrevistados sobre o pior fato ocorrido em suas vidas.....	50
Tabela 37. <i>Locus</i> de controle sobre o que deveria ter acontecido para ser diferente...51	
Tabela 38. <i>Locus</i> de controle sobre o melhor fato ocorrido na vida dos meninos entrevistados.....	51
Tabela 39. <i>Locus</i> de controle dos meninos em situação de rua sobre o que determinou o melhor fato ocorrido em suas vidas.....	52
Tabela 40. Expectativas de futuro dos meninos em situação de rua.....	53
Tabela 41. <i>Locus</i> de controle dos meninos em situação de rua sobre suas expectativas de futuro.....	53
Tabela 42. Visão da família sobre o que os meninos que estão a maior parte do dia nas ruas fazem.....	54
Tabela 43. <i>Locus</i> de controle da família sobre os motivos que levam os meninos a passarem a maior parte do dia fora de casa.....	55
Tabela 44. Frequência com que os filhos voltam para casa.....	55
Tabela 45. Frequência e percentual de respostas a sentimentos manifestos pela família quanto a volta do menino para casa.....	56
Tabela 46. Frequência e percentual de respostas a sentimentos manifestos pela família quando o menino não volta para casa.....	56
Tabela 47. Frequência e percentual de respostas quanto aos sentimentos da família quando da saída do menino para as ruas.....	57
Tabela 48. <i>Locus</i> de controle da família sobre o que deveria ter acontecido para que os meninos não tivessem saído para as ruas.....	57
Tabela 49. Frequência e percentual de respostas sobre como a família sente, hoje, o fato do filho estar nas ruas.....	58
Tabela 50. Frequência e percentual de respostas sobre o que a família falava nos primeiros dias da saída do filho para as ruas.....	59
Tabela 51. Frequência e percentual de respostas dadas pelos familiares sobre a forma com que o filho colabora em casa.....	59

Tabela 52. Frequência e percentual de respostas dadas pelos familiares entrevistados sobre como os meninos conseguem a ajuda.....	60
Tabela 53. Frequência e percentual de respostas sobre a expectativa de futuro para o menino que está nas ruas, segundo a visão do familiar entrevistado.....	60
Tabela 54. Frequência e percentual de respostas sobre as expectativas de futuro para os filhos que estão em casa, segundo a visão do familiar entrevistado.....	60
Tabela 55. Frequência e percentual de respostas quanto à percepção da família sobre a casa e a rua para seu filho.....	61

## RESUMO

O objetivo desse estudo foi investigar meninos em situação de rua e suas famílias sobre as condições de vida, expectativas de futuro e crenças de *locus* de controle sobre os eventos de vida. Uma entrevista estruturada foi aplicada a 40 meninos em situação de rua da cidade de Caxias do Sul, RS (de 8 a 18 anos de idade) e 21 famílias. Os resultados revelam as dificuldades de relacionamento entre essas famílias e seus membros, com exposição a vários aspectos de risco no seu desenvolvimento. No entanto, apresentam expectativas para o futuro dentro da realidade. A situação de pobreza torna a todos vulneráveis.

## ABSTRACT

The aim of this study was to investigate boys on the street and their families, their life conditions, future expectations and locus of control. A structured interview was applied to 40 boys on the street of Caxias do Sul city, RS (8 to 18 years old) and 21 families. The results revealed difficulties in the relationship between families and their members, with exposition to diverse risk factors in their development. However, they presented expectations to the future according with their reality. The poverty situation made them all vulnerable.

# CAPÍTULO I

## INTRODUÇÃO

O objetivo desse estudo foi investigar a visão das famílias de meninos em situação de rua, sobre a sua situação atual de vida, as expectativas sobre o futuro dos meninos e as crenças de *locus* de controle da família sobre eles. Outro objetivo foi investigar a visão dos meninos, sobre a saída de casa, as suas expectativas sobre seu futuro, sua situação de vida atual e suas crenças de controle sobre sua vida (*locus* de controle). Este estudo foi desenvolvido em Caxias do Sul/RS e consistiu em entrevistas com os meninos em situação de rua e suas respectivas famílias.

A Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano, proposta por Bronfenbrenner (1979/1996), serviu de base para esta investigação. Essa abordagem enfatiza o estudo dos processos interpessoais que influenciam no desenvolvimento humano, levando em conta aspectos do ambiente no qual as pessoas vivem, o momento histórico e as expectativas de vida.

### 1.1 Abordagem ecológica do desenvolvimento

A abordagem ecológica do desenvolvimento humano proposta por Bronfenbrenner (1977; 1986; 1992; 1979/1996a) pode ser considerada um modelo teórico-metodológico adequado para sustentar estudos com crianças em situação de risco social e pessoal. Bronfenbrenner (1979/1996a) criticou estudos anteriores sobre o desenvolvimento que não levavam em conta o contexto em que as pessoas estavam inseridas, centrando-se apenas no desenvolvimento dos processos internos. A abordagem ecológica privilegia estudos em ambientes naturais tendo com objetivo obter dados próximos da realidade dos informantes. Na visão de Rutter e colaboradores, a abordagem ecológica enfatiza o impacto de experiências particulares e o seu significado psicológico, associando o contexto social, o conhecimento prévio da pessoa e as circunstâncias do acontecimento (Rutter, Champion, Quilton, Maughan & Plichlers, 1991).

Bronfenbrenner (1996b) apresenta uma proposta ecológica de desenvolvimento que se diferencia da psicologia clínica (relação diádica) e da psicologia científica (de

laboratório e psicodiagnóstico). O desenvolvimento humano passa a ser entendido como “o conjunto de processos através dos quais as particularidades da pessoa e do ambiente interagem para produzir constância e mudança nas características da pessoa no curso de sua vida” (Bronfenbrenner, 1989, p.191). Nesta visão, o estudo do desenvolvimento humano aborda concretamente a pessoa no seu contexto de vida, físico e social, considerando também o efeito do contexto social mais amplo no qual está inserida. Bronfenbrenner (1996b) busca a compreensão do homem como um ser social, contextualizado, que transforma e é transformado pelos ambientes em que participa direta ou indiretamente. Apresenta uma abordagem sistêmica que enfatiza uma rede social mais ampla e os processos que operam em diferentes situações sociais como interdependentes. Para Bronfenbrenner (1986), as pesquisas devem empregar delineamentos capazes de identificar as influências entre as principais situações de vida nas quais o desenvolvimento ocorre.

A abordagem ecológica considera quatro núcleos básicos, que interagem entre si dinamicamente: a pessoa, o contexto, o processo e o tempo.

Para Bronfenbrenner (1989), os aspectos psicológicos da pessoa estão intrinsecamente relacionados com a forma como ela vê e interpreta seu momento de vida, quais fatores identifica como importantes e qual a relação que faz entre eles. Em relação ao contexto, o autor descreve quatro sistemas de análise:

- *microsistema*: é um nível ambiental de interação direta, onde a pessoa em desenvolvimento estabelece relação face-a-face, que além de significativas são estáveis.
- *mesossistema*: inclui as inter-relações entre dois ou mais ambientes onde a pessoa em desenvolvimento participa ativamente. É um conjunto de microsistemas. Ele é formado ou ampliado sempre que a pessoa em desenvolvimento entra em um novo ambiente.
- *exossistema*: um ou mais espaços de interação, no qual a pessoa em desenvolvimento não se encontra presente como participante ativo, mas do qual sofre influência direta o ambiente contendo a pessoa em desenvolvimento.

- *macrossistema*: totalidade dos sistemas anteriores, que representam a cultura na qual a pessoa em desenvolvimento está inserida. É o ambiente no qual está organizado o conjunto de regras, valores e crenças que pautam uma sociedade. Estes sistemas são vivenciados e internalizados ao longo do desenvolvimento, caracterizando e sendo caracterizados por uma cultura, que encerra em si um caráter histórico-social-político (Bronfenbrenner, 1979/1996a).

Relacionando diretamente os sistemas que compõem o núcleo Contexto, Bronfenbrenner (1996) apresenta o terceiro núcleo: Tempo, que, também, é denominado *cronossistema*. Este, engloba desde grandes acontecimentos históricos, a pequenos episódios da vida cotidiana, que devem ser levados em consideração para a compreensão do desenvolvimento da pessoa focalizada.

Uma concepção ecológica de desenvolvimento-no-contexto apresenta implicações para o planejamento da pesquisa em desenvolvimento humano. Para Bronfenbrenner (1979/1996b), um projeto de pesquisa fundamentado na Abordagem Ecológica deve definir a pessoa em desenvolvimento que será focalizada, e preocupar-se com as formas dinâmicas de interação e de relação desta com os sistemas ambientais aos quais está exposta. Metodologicamente, algumas vezes, torna-se necessário que se focalize um único microssistema. No entanto, as características da Abordagem Ecológica estão preservadas, a partir de uma discussão que seja permeada pelo entendimento de que outros ambientes e relações estão exercendo influência direta e indiretamente sobre o contexto estudado, em desenvolvimento bidirecional.

A abordagem ecológica propõe, segundo DeSouza (1996), o estudo do desenvolvimento no *setting* da vida real, procurando mostrar que condições ambientais particulares produzem diferentes conseqüências no desenvolvimento, dependendo das características pessoais dos indivíduos que vivem naquele ambiente. Esse modelo teórico-metodológico, enfatiza a interdependência dos processos múltiplos para compreensão do desenvolvimento humano requerendo uma análise dos sistemas multipessoais de interação (Zamberlan, Camargo & Alves, 1997). Bronfenbrenner (1992) salienta que: “A Ecologia do Desenvolvimento Humano é o estudo científico de uma progressiva e mútua acomodação, através do curso da vida, entre um ativo ser humano em crescimento e as

propriedades em mudanças nos ambientes imediatos nos quais a pessoa em desenvolvimento vive; como este processo é afetado pelas relações entre esses ambientes e em um contexto maior pelos ambientes nos quais estão inseridos" (p.188).

Esse estudo propôs-se, então, a investigar os meninos em situação de rua, conforme enfatizado a seguir, em seu ambiente real, as ruas da cidade entendendo este ambiente como um microsistema e suas respectivas famílias, em suas casas, como mais um microsistema a ser investigado.

## 1.2 Meninos e meninas em situação de rua

### 1.2.1 Definição:

Em 1983, uma Inter-Organização Não Governamental para Crianças e Jovens de Rua (Inter-NGO) sugeriu que “uma criança ou jovem de rua é qualquer menino ou menina que não tenha atingido idade adulta para quem a rua (no amplo sentido da palavra, incluindo casas abandonadas, terrenos baldios, etc.) tenha se tornado sua moradia habitual e/ou fonte de sustento, que não seja adequadamente protegido, supervisionado ou conduzido por adultos responsáveis" (Inter-NGO, 1983a). Mais recentemente, os termos de e na rua tornaram-se populares como forma de distinção entre as crianças que realmente moram nas ruas e as que não moram. Quando pesquisas falam de crianças na rua, querem dizer que estas crianças ainda mantêm um contato mais ou menos regular com suas famílias. Muitas freqüentam escola, a maioria retorna para casa no final do dia e se sentem pertencentes à comunidade onde moram (Morch, 1984). Já as crianças de rua, abandonaram ou foram abandonadas por suas famílias, escolas e comunidade onde moravam, antes dos dezoito anos de idade e foram levadas para a vida nômade na rua (Richter, 1988b). Glauser (1990) salienta que esta distinção não é totalmente isenta de problemas, pois as crianças podem se movimentar entre morar na rua e viver temporariamente com parentes ou amigos, em instituições como albergues ou casas de detenção.

Em 1986, a UNICEF apresentou nova tipologia onde o contato familiar é o principal ponto para a definição desta população.

a. Candidato para a rua: crianças trabalhando nas ruas mas vivendo com sua família.

b. Criança na rua: com apoio familiar inadequado e/ou esporádico.

c. Criança de rua: crianças funcionalmente sem apoio familiar.

Para Cosgrove (1990), duas dimensões definem esta população: nível de envolvimento com a família e grau de comportamento desviante. Cosgrove salienta que “Criança de rua é qualquer indivíduo com idade inferior da maioria cujo comportamento está, predominantemente, em desacordo com as normas da comunidade e cujo apoio maior para suas necessidades evolutivas não é a família ou a família substitua” (p.186).

Lusk (1992) propõe a seguinte classificação, levando em conta além do contato familiar, o trabalho:

a. trabalhadores de rua com base familiar;

b. trabalhadores de rua independentemente de família;

c. crianças de rua;

d. crianças de famílias de rua.

Koller e Hutz (1996) sugerem que, se é necessário uma terminologia para fazer referência a esta população, então que seja utilizada criança em situação de rua. Para esta terminologia, há a necessidade de análise de caso a caso, tentando agrupá-los por semelhanças, mas respeitando suas individualidades e a dinâmica de suas realidades de vida. Este fato tem por base a grande diversidade de crianças encontradas no espaço da rua e a dinâmica movimentação da vida na rua, influenciando também as estimativas apresentadas sobre esta população, que variam de acordo com a definição utilizada.

### 1.2.2 Saída de casa:

Swart-Kruger e Donald (1996) consideram a etiologia do problema da criança em situação de rua uma questão complexa. Algumas respostas podem ser buscadas nas circunstâncias de vida das crianças, nos fatores estruturais da sociedade e na intrincada interação entre fatores sociais e individuais. Relatos de crianças em situação de rua sobre o porquê de deixarem suas casas, enquadram-se em três amplas categorias: expulsas,

abandonadas ou fugitivas. As expulsas são crianças que, por uma razão ou outra, sentem que foram ativamente afastadas de seus lares. As abandonadas são crianças que passaram a acreditar que seus pais não mais as queriam. Fugitivas são as crianças que, na maioria dos casos, deixam seus lares por sentirem medo ou por viverem em condições materiais ou emocionais - geralmente uma combinação - que se tornam intoleráveis. A vida na rua é, simplesmente, vista como a melhor alternativa (Swart-Kruger & Donald 1996). Monteiro e Dollinger (1995) têm notado que crianças em situação de rua tendem a ser vistas tanto como vítimas quanto vitimizadoras.

Aptekar (1989a) assinala como motivos para algumas crianças viverem na rua, fatores como condição psicológica da criança e de sua família, percepção da vida nas ruas e grau de existência de uma cultura de rua. O senso de não-pertencimento é comum nas famílias pós-modernas e provavelmente influencia no fato das crianças deixarem suas casas. As pesquisas sobre crianças em situação de rua apontam para o fato de que a existência das crianças de rua está relacionada a algumas culturas onde a pobreza, o abuso e fatores modernizantes estão fortemente presentes (Aptekar, 1996; Swart-Kruger & Donald, 1996). Estudos anteriores a década de 80 descrevem crianças e adolescentes em situação de rua como um problema social, estando sempre acompanhadas de preconceitos. Historicamente, valores e preconceitos da sociedade em geral foram revelados na descrição destas crianças, mais do que uma visão objetiva da realidade. Meninos e meninas em situação de rua freqüentemente são apontados como uma ameaça à sociedade ou doentes, são tidos como violentos, sujos e delinqüentes. De fato, o viver na rua é um fenômeno que sinaliza a existência de uma patologia, mas de uma patologia social que gera, em nível individual, subprodutos como: patologias, adições, violência e dependência. Acrescenta-se a isso o fato de que essas crianças e adolescentes estão fora do controle dos adultos (Tyler, Holliday, Tyler, Echeverry & Zea, 1987) e se constituem em uma ameaça às famílias que tem acesso ao bem estar (Aptekar, 1996). Essas crianças podem ser descritas como aberrantes (Aptekar, 1989a), delinqüentes juvenis (Marguerat, 1989), alcoolistas e alijadas do sistema formal de educação (McKirnan & Jonhson, 1986). Estigmas dos mais variados são aplicados a esse grupo que vive grande parte de sua vida na rua (Koller, Bandeira & Hutz, 1996). A maioria dessas crianças está agindo em seus

ambientes de forma a sustentar e/ou obter um lugar em uma sociedade mais aberta. Elas desejam pertencer a uma família, estudar, trabalhar e viver em uma sociedade com liberdade para todos. Muitas crianças em situação de rua vêm de lares que têm, como chefe de família, uma mulher, onde os meninos são ensinados a deixar a casa muito cedo, em relação ao que a classe média ocidental julga apropriado e onde as meninas são encorajadas a permanecer em casa por mais tempo do que nos países desenvolvidos (Hecht, 1998). Koller (1994) verificou que um terço dos adolescentes de seu estudo sobre julgamento moral pró-social em meninos e meninas de rua, saiu de casa porque não tolerava a ausência física do pai. Nesses casos, a mãe passou a exigir que eles assumissem o sustento da família no lugar do pai, papel para o qual eles ainda não se sentiam competentes. Alguns deles referiram considerar mais fácil, em sua idade, tomar conta de si próprios na rua, do que ter que cuidar de toda família. O afastamento das crianças do ambiente hostil e estressante que encontram em casa pode ser reflexo de sua saúde mental. Koller e Hutz (1996) afirmam que estas crianças não seriam indivíduos emocionalmente mais frágeis, pois o deixar a casa pode revelar sua habilidade em reorganizar sua vida, de forma produtiva, por conta própria. Em estudos realizados pelo Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua (CEP-RUA/UFRGS), problemas de relacionamento familiar, abuso físico ou sexual e o desejo de buscar a "liberdade" (escapando do controle e da exploração familiar) estão entre os principais motivos que levam crianças a migrar para as ruas (Bandeira, Koller, Hutz & Forster 1994; Koller e cols., 1996). Por outro lado, do ponto de vista emocional, a saída de casa pode representar o fracasso total do apego que um indivíduo tinha com as pessoas de sua família e destas para com ele. A falta de proteção, o sentimento de rejeição, a aparência de abandono que a criança vai revelando a cada dia na rua confirmam esses dados. A ausência de cuidado de um adulto responsável que o ame, em quem possa confiar, com quem se sinta segura e se identifique pode ter profundas implicações em seu desenvolvimento emocional (Hutz & Koller, 1996).

Tyler e colaboradores (1987) apontaram para o fato de que crianças em situação de rua são um problema mundial, não sendo portanto, privilégio de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, embora a incidência variada e dependente, em

grande parte, mas não exclusivamente, das condições sócio-econômicas da sociedade. Koller e Hutz (1996) acrescentam à miséria econômica, uma miséria afetiva como determinante da saída da criança para a rua. O viver na rua pode ser prejudicial ou retardar o desenvolvimento psicológico, devido às experiências adversas a que estas crianças estão expostas, como adições, violência e exploração. Paradoxalmente, a vida na rua pode possibilitar experiências que se adicionam e promovem o desenvolvimento (Koller & Hutz, 1996).

Neste estudo, foram considerados meninos em situação de rua, aqueles que se encontram nas ruas da cidade de Caxias do Sul, pedindo, vendendo "raspadinha", ajudando em estacionamentos, entre outros, a maior parte do dia. Esta definição abrange tanto questões assinaladas por Lusk (1992), que considera a questão do trabalho, quanto a de Cosgrove (1990) referindo o grau de comportamento desviante.

A saída de casa pode representar, muitas vezes, um rompimento com a família ou com alguma situação que desagrada a criança. Algumas dessas crianças são consideradas como resiliêntes, embora estejam vulneráveis aos riscos da rua. No tópico seguinte será discutido o conceito de resiliência para o melhor entendimento dos processos que ocorrem na vida dos meninos em situação de rua.

### 1.3 Resiliência, vulnerabilidade e fatores de risco

A visão da pobreza tem sofrido mudanças conceituais importantes (Werner, 1992). Os filhos da pobreza estão marcados por uma forma de vida que revela riscos em nível biológico e também psicossocial. Estudos em Psicologia Evolutiva, nas últimas décadas direcionam seus esforços para entender diferenças individuais no desenvolvimento de pessoas em relação a situações ambientais semelhantes (Kotliarenko & Dueñas, 1992). Estes estudos chamam a atenção para pelo menos, dois tipos de indivíduos: os que desenvolvem algum tipo de patologia como resposta a pressões ambientais, os quais são denominados "vulneráveis" e um grupo que, vivendo sob as mesmas condições, se desenvolvem de forma "saudável". A este grupo dá-se a denominação "resiliente". O fenômeno da resiliência é único por surgir como consequência das diferenças individuais, no processo de interação com o ambiente

(Kotliarenco e col., 1992). A complexidade da resiliência não se dá somente pela grande gama de fatores implicados, senão também por uma inter-relação entre estes fatores. O enfoque da resiliência parte da premissa que nascer na pobreza, assim como viver em um ambiente insano, são condições de risco para a saúde física e mental das pessoas. Sem dúvida, mais que centrar-se nos circuitos que mantêm esta situação, a resiliência se preocupa com aquelas situações que possibilitam o abrir-se a um estudo sobre um desenvolvimento mais sadio e positivo (Kotliarenco & Dueñas, 1992; Rutter e cols., 1991). É necessário recordar que as crianças são seres atuantes frente ao ambiente. Em consequência, os que são mais resistentes às condições estressantes, são participantes ativos nestas situações de *stress* e desenvolvem estratégias que os permitem desempenhar-se adequadamente (Scarr, 1993).

O termo resiliência originou-se da Física e é definido como a capacidade de um corpo físico recobrar sua forma primitiva, quando interrompe-se uma força exercida sobre ele. Adaptado para a Psicologia, é entendido como o enfrentamento efetivo que uma criança pode fazer frente a eventos estressantes, severos e cumulativos. O enfoque da resiliência relacionado a saúde mental e a prevenção de possíveis transtornos. Esta relação acrescenta conhecimento e entendimento sobre o desenvolvimento do indivíduo, aumentando a possibilidade de gerar intervenções preventivas mais que curativas.

Resiliência é também definida como um conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que têm lugar através dos tempos, formando combinações entre os atributos próprios da criança em situação de risco, com seu ambiente familiar, social e cultural. Trata-se de um processo que caracteriza um complexo sistema social em determinado momento, resultante da interação da criança e de seu meio ambiente (Kotliarenco & Dueñas, 1995). Trata-se, definitivamente, do desenvolvimento da saúde mental apesar dos fatores de risco para transtornos psicológicos. Os impactos negativos que são produzidos por altos níveis de acontecimentos estressantes têm sido discutidos extensamente por diferentes autores, tanto em relação a adultos (Rossman & Rosemberg, 1992), como em crianças (Garmezy & Rutter, 1983). As crianças que estão em situação de risco, ao serem submetidas a uma situação estressante, apresentam uma alteração ou desajuste em seu comportamento revelando vulnerabilidade. Esta situação de *stress* pode

ser provocada por condições biológicas, psicológicas, familiares e pela sociedade em termos mais amplos.

As famílias em situação de pobreza estão submetidas a uma série de demandas que se constituem em poderosas fontes de ameaça e *stress* crônico. Pobreza é definida como uma situação de vida resultantes de escassos recursos materiais (moradia, alimentação); riscos são analisados como níveis de saúde insatisfatória ou de doenças recorrentes e baixa ou insuficiente escolaridade. Crianças em situação de rua são um segmento especial de toda a população de risco. No Brasil, alguns estudos têm focado questões psicológicas sobre as crianças em situação de rua (Hutz & Koller, 1997). As crianças pobres e suas famílias estão expostas a condições precárias que atentam contra a saúde mental. Os efeitos da privação material sobre a saúde mental são cumulativos. A dificuldade para satisfazer as necessidades básicas da família, desencadeia nos pais, sentimentos como dor, culpa e preocupação, ao verem-se fracassados em seus papéis (Kotliarenco, Alvares & Cáceres, 1995). Estas autoras assinalam ainda que muitas reações dos pais que vivem na pobreza, condicionam, de forma importante, a qualidade de vida de seus filhos. Pode acontecer que a reação dos pais ao *stress* ambiental, traduza-se na exigência à obediência permanente por parte da criança, aplicando castigos físicos, negando afeto e falhando nas respostas às necessidades dos filhos (Marques, 1999). Swart-Kruger e Donald (1996) assinalam a pobreza como fonte de *stress* que interfere nos papéis de pai e mãe, porém, não como razão suficiente para a ida das crianças para a rua.

Retomando o que anteriormente já foi assinalado, Scarr e McCartney (1983) sustentam que são as pessoas quem constroem suas próprias experiências, declaração contrária às correntes mais características da Psicologia do Desenvolvimento. Foram encontradas evidências empíricas de relações entre as características familiares e parentais e as das crianças. Isto tem sido interpretado como a influência que exerce a família sobre as conquistas das crianças, o nível sócio econômico que alcançam, e a saúde mental destas. Além disso, as autoras afirmam que o impacto que tem a família no desenvolvimento não é tão marcante quanto as diferenças no estabelecimento de contato com pais ou substitutos realmente contínuos.

Rutter (1993) e Scarr (1993) consideram que a família não pode ser tomada como um sistema único, tendo em vista que o que afeta os membros desta, são os micro ambientes que cercam as famílias. Rutter (1993) argumenta que frente a uma mesma experiência externa, as pessoas de uma mesma família podem manifestar reações muito diferentes entre si. Este fenômeno é o que o autor chama de “percepção compartilhada”.

Lipp (1988) aponta para o papel importante dos pais em relação à resistência ou vulnerabilidade que a pessoa desenvolve em relação ao *stress*. A autora parte não só de questões relacionadas com a hereditariedade, como também de fatores ligados à aprendizagem. Diz a autora que “os pais exercem um papel fundamental na aquisição, pela criança, de estratégias naturais para lidar com o *stress* e na forma mais positiva de ver a vida, com interpretações saudáveis em relação a eventos do dia-a-dia e sua percepção de que é capaz de lidar com o mundo ao seu redor de modo competente” (p.93). O modo adotado por uma criança para lidar com o *stress* vai determinar sua resistência quando adulto.

O bom relacionamento familiar, competência materna, capacidade para transmitir valores, entre outros, também seriam fatores que favoreceriam o desenvolvimento da resiliência (Reppold, Kuschich, Santos, Bandeira, Raffaelli & Koller, 1996). Minuchin (1988) diz que o homem necessita do grupo para sobreviver e enfatiza a pessoa da mãe como uma figura básica para alimentação, proteção e ensinamento da criança. Comenta que o homem tem sobrevivido, em todas as sociedades, pertencendo a agregações sociais. Serão apresentadas a seguir algumas idéias sobre a importância da família no desenvolvimento.

#### 1.4 Família

Conceitos sobre famílias encontrados na literatura referem-se, de modo geral, a um sistema aberto, dinâmico, sócio-cultural, adaptativo, homeostático e governado por meio de regras de origem externa ou interna (Féres-Carneiro, 1995; Minuchin, 1988).

As funções da família atendem a dois diferentes objetivos: um interno, de proteção psicossocial de seus membros, e outro externo, de acomodação e transmissão da cultura. Há a presença de um viés paradoxal da família como formadora, dando ao sujeito

a noção de pertencimento, ao mesmo tempo em que situa o indivíduo em um mundo independente, concedendo-lhe autonomia (Minuchin,1988).

As alterações sofridas em nossa sociedade levam a família a transformações e adaptações inevitáveis e como resultado das dificuldades que vão se apresentando nestas mudanças sociais, a principal tarefa psicossocial da família, que é a de apoiar seus membros, torna-se ainda mais importante. Demo (1992) sugere que é preciso avaliar a questão da interação direta e freqüente dos pais com os filhos, levando-se em conta que hoje, as interações familiares podem ser caracterizadas como de baixo nível de interação face-a-face em atividades compartilhadas. Ackerman (1986) define como tarefa da família, a socialização da criança e o favorecimento no desenvolvimento de sua identidade. Fala em dois processos centrais, onde o primeiro seria o de uma posição de conforto e dependência infantil para uma auto-orientação adulta e suas concomitantes satisfações. O segundo seria um lugar de importância infantil, exaltada, onipotente, para uma posição de menos importância - da dependência para a independência - do centro da família para a periferia. Ambos os processos são funções psicológicas da família como uma unidade. No interesse pela saúde emocional da criança é fundamental que esses processos sejam graduais. Zamberlan, Camargo e Alves (1977) sugerem que o processo para atingir o compromisso de desenvolvimento dos filhos, requer a compreensão e flexibilidade do adulto, e respeito à individualidade da criança. A família é um grupo dinâmico que precisa se reformular em muitos momentos para se adequar ao crescimento dos filhos e às inúmeras mudanças da própria vida. Manejos anteriormente bem sucedidos tornam-se obsoletos e inadequados em etapas posteriores, demandando flexibilidade para mudanças (Maldonado, 1989). Para Minuchin (1988), somente a família, a menor unidade da sociedade, pode mudar mantendo suficiente continuidade para criar filhos que estarão firmemente enraizados para crescerem e se adaptarem. Rutter (1987) afirma que crianças, adequadamente criadas, são menos vulneráveis ao *stress* e dele se recuperam com maior facilidade, pois seu poder de adaptação e seus recursos internos lhes são de valia nas horas críticas.

Maldonado (1989), referindo Kniebiehler e Fouquet (1980), faz uma revisão histórica da questão da maternidade, desde a Idade Média até os dias de hoje, mostrando

que a exaltação do amor materno é fato recente na civilização ocidental. Os fatos históricos sugerem que até o século XVIII predominava uma conduta de indiferença materna. Apenas no final daquele século teve início a exaltação do amor materno no discurso de filósofos, médicos e políticos. Começou, portanto, o processo de ativar os sentimentos de culpa nas mulheres que abortavam ou que não queriam amamentar. No século XIX, o culto à maternidade ampliou o lugar da mãe e da criança na sociedade. Conforme Ariès (1985), isso aconteceu na época em que novas condições de vida atraíram cada vez mais o homem para fora de casa, tornando-se necessário delegar a mulher a função de educadora. No século XX, com o surgimento da psicanálise e de outras teorias psicológicas, reforçou-se a tendência de responsabilizar a mãe pelos problemas dos filhos. Nas últimas décadas, começam, no entanto, a surgir estudos e pesquisas que levam mais em conta a dinâmica familiar como um todo e sua inter-relação com fatores sociais e econômicos no entendimento dos problemas e bloqueios do desenvolvimento emocional (Maldonado, 1989). Sem o homem em casa, a mulher assume as funções de chefe de família, com encargos diferentes, incluindo financeiros. Segundo o censo de 1996, o Brasil tem 20,8% de famílias chefiadas por mulheres (Folha de São Paulo, 6/08/97).

Essa revisão histórica demonstra que o vínculo com o filho não se desenvolve a partir de um instinto materno e nem depende da biologia dos laços de sangue. Para Maldonado (1989), aspectos como o convívio e a disponibilidade para cuidar de uma criança e acompanhar seu desenvolvimento são determinantes na construção do amor e do vínculo da mãe para com o filho. Seguindo a mesma idéia, Badinter (1985) ressalta que “não há amor sem algum desejo, e a ausência da faculdade de tocar, mimar e beijar é pouco propícia ao desenvolvimento do sentimento. Se a criança não está ao alcance de sua mão, como poderá a mãe amá-la? Como poderá apegar-se a ela?” (p.15). Segue dizendo: “O amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito. Contrariamente aos preconceitos, ele talvez não seja profundamente inscrito na natureza feminina” (Badinter, 1985, p.22).

A autora salienta a força que exerce os valores de uma sociedade que por vezes têm um peso incalculável sobre os nossos desejos. Questiona: “Por que não poderíamos admitir que quando não é valorizado por uma sociedade, e portanto não valoriza a mãe, o

amor materno não é mais necessariamente desejo feminino?" (Badinter, 1985, p.16). Seguindo a mesma idéia, enfatiza: "É em função das necessidades e dos valores dominantes de uma dada sociedade que se determinam os papéis respectivos de pai, mãe e do filho. Quando o farol ideológico ilumina apenas o homem-pai e lhe dá todos os poderes, a mãe passa à sobra e sua condição se assemelha à da criança. Inversamente, quando a sociedade se interessa pela criança, por sua sobrevivência e educação, o foco é apontado para mãe, que se torna a personagem essencial, em detrimento do pai. Enquanto o filho esteve sujeito à autoridade paterna, a mãe teve de se contentar com papéis secundários na casa. Ao contrário, quando a criança é objeto das carícias maternas, a mulher predomina sobre o marido, pelo menos no seio do lar" (Badinter, 1985, p.26).

Oliveira (1993) refere que os grupos culturais em que as crianças nascem e se desenvolvem, funcionam no sentido de produzir adultos, que operam psicologicamente de uma maneira particular, de acordo com os modos culturalmente constituídos de ordenar o real. Badinter (1985), referindo-se ao papel ocupado pela criança junto à família diz: "No século XVIII, a criança pequena é designada pela palavra *poupart* que significava boneca. O *poupart* é considerado com muita freqüência pelos pais como um brinquedo divertido do qual se gosta pelo prazer que proporciona, e não pelo seu bem. É uma espécie de pequeno ser sem personalidade, um 'jogo' nas mãos dos adultos. Assim que deixa de distrair, deixa de interessar" (p.78).

O ambiente facilitador e seus ajustes adaptativos progressivos às necessidades individuais, poderiam ser isolados como parte do estudo da saúde. Incluir-se-iam as funções parentais, complementando as funções da mãe, e a função da família, com sua maneira cada vez mais complexa (à medida que a criança vai crescendo) de introduzir o princípio da realidade (Winnicott, 1989).

A aprendizagem social aponta para o fato de que durante suas vidas, as crianças estão expostas a vários modelos cuja influência relativa depende de sua disponibilidade, homogeneidade e heterogeneidade, e de suas interações (Bandura & Walters, 1978). Estudiosos alicerçados na teoria psicanalítica acreditam que durante os primeiros anos de vida da criança, a família constitui seu grupo básico de referência, e neste período, os modelos disponíveis da vida real se limitam sobretudo aos pais. No processo inicial da

socialização, as famílias modelam e programam o comportamento e o sentido de identidade da criança.

Karpel (1986) salienta que está na estrutura familiar resiliente, a unidade funcional capaz de promover resiliência em seus membros. Reforça que há uma interrelação entre características individuais e a forma de criação do indivíduo, considerando a família como um potencial importante no desenvolvimento da resiliência em seu meio.

Conforme Mahler (1982), o indivíduo que vivenciou com a mãe uma fase simbiótica forte e adequada, estará apto a ingressar na fase de separação-individuação gradual. O resultado bem-sucedido deste processo de individuação na infância asseguraria, no futuro, um desenvolvimento adequado devido a formação de uma imagem estável de *self*. Qualquer intercorrência neste vínculo precoce poderia acarretar graves conseqüências (fobias, ansiedades, relações simbióticas, adição a drogas, etc.).

A importância da família tanto ao nível das relações sociais nas quais ela se inscreve, quanto ao nível da vida emocional de seus membros é fundamental. Conforme Reis (1994), é na família, mediadora entre o indivíduo e a sociedade, que aprendemos a perceber o mundo e a nos situarmos nele. É a formadora da nossa primeira identidade social. Ela é o primeiro “nós” a quem aprendemos a nos referir.

Cerveny (1997) salienta que a família, enquanto instância de articulação entre o individual e a coletividade, o privado e o público e modelo da vida de relação, pode ser considerada hoje como aquela organização que ao mesmo tempo em que sofre, espelha o impacto das transformações e se constitui no *locus* do redimensionamento individual nas suas interações com o contexto mais amplo.

Durante muito tempo, os psicanalistas foram unânimes em reconhecer a primeira relação humana de uma criança como a pedra fundamental sobre a qual se edifica a sua personalidade (Bowlby, 1990). Este autor continua: “O comportamento de apego é considerado uma classe de comportamento social de importância equivalente à do comportamento de acasalamento e do parental. Sustenta-se que tem uma função biológica que lhe é específica e que até agora tem sido pouco considerada. O comportamento de apego é visto como aquilo que ocorre quando são ativados certos sistemas

comportamentais. Acredita-se que os próprios sistemas comportamentais se desenvolvam no bebê como resultado de sua interação com o seu meio ambiente de adaptabilidade evolutiva e, em especial, de sua interação com a principal figura nesse meio ambiente, ou seja a mãe" (p.194). Reforça ainda seu pensamento quando diz "...o vínculo que liga a criança à mãe é a versão humana do comportamento comumente observado em muitas espécies de animais; e é nessa perspectiva que a natureza do vínculo deve ser examinada" (p.198). Acrescenta "...o bebê só é conservado na proximidade da mãe em virtude das ações da própria mãe; contudo, seja por iniciativa da mãe ou do filhote a proximidade é sempre mantida. Só em sociedades humanas economicamente mais desenvolvidas e, em especial, nas ocidentais, os bebês estão, comumente, fora do contato com a mãe durante muitas horas do dia e, com frequência, também durante a noite" (p.214). Para Bowlby (1990), a intensidade e a consistência com que se manifesta o comportamento de apego podem variar muito de dia para dia ou de hora para hora e as variáveis responsáveis pelas mudanças a curto prazo são de duas espécies: orgânicas (fome, fadiga, doença e infelicidade) e ambientais (mais intenso quando a criança está alarmada).

Não há, na literatura, estudos sobre a família de crianças em situação de rua, por isso, apresentou-se aqui, uma revisão do conceito de família em geral, entendendo que essa investigação poderá trazer subsídios para o entendimento dessas famílias a serem estudadas.

### 1.5 Adolescência

A adolescência é uma etapa do desenvolvimento onde há uma metamorfose física e emocional. É um tempo de busca: uma busca interna para saber quem é; uma busca externa para saber seu lugar na vida; um anseio pelo outro a fim de satisfazer os fortes desejos de intimidade e realização (Lidz, 1983).

Para Aberastury (1981), a adolescência é um momento crucial na vida do homem e precisa de uma liberdade adequada, com a segurança de normas que lhe possam ir ajudando a adaptar-se às suas necessidades ou a modificá-las, sem entrar em conflitos graves consigo mesmo, com seu ambiente e com a sociedade.

Para Laufer (1978), desde que o adolescente procura refazer seus contornos, definir sua identidade, entra dramaticamente em jogo a qualidade dos vínculos familiares. Para que as proposições e questionamentos típicos desta fase tenham sentido produtivo, ele precisa contar com uma família permeável e flexível. Quando a qualidade dos vínculos familiares é doentia, a família não consegue - nem pode - ajudar o adolescente no momento em que se manifestam seus conflitos.

Gaiarsa (1996) se refere a adolescência na nossa cultura trazendo uma reflexão a respeito das relações vividas pela criança até então e o processo de redimensionamento destas relações. “Durante a infância há dois mundos bem definidos e unidos: um em cima (os pais) e outro embaixo (os filhos). São as relações verticais. O adolescente forma, então, um grupo horizontal - sua turma, seus amigos”(p.27). A proteção dada por esta relação horizontal, cria condições para o adolescente mostrar que é capaz de agir como adulto, porém em um espaço livre de obrigações, com costumes diferenciados. Há a construção de uma subcultura, onde o adolescente não tem um compromisso sério consigo mesmo nem com os demais, criando um vazio interior. Neste contexto de subcultura é que a droga poderá entrar como forma de denúncia da estagnação da vida familiar (Gaiarsa, 1996).

Segundo Laufer (1978), a família saudável, solidária, é um todo maleável. E, nesse caso, a crise do adolescente é uma crise familiar.

## 1.6 Fatores protetivos

Fatores protetivos, de acordo com Rossman e Rosemberg (1992), são aqueles fatores que atuam como moderadores em situações de risco. São como uma espécie de muro de contenção por meio do qual algumas crianças recebem o impacto do estímulo estressante, tornando-as mais capazes de recuperação. Entre muitos fatores que atuam como moderadores, os autores citam a idade, o gênero, o *status* sócio-econômico, o apoio familiar e social, a saúde mental dos pais e sua capacidade de adaptação e de resolução de problemas. Também é mencionada a competência cognitiva e a percepção de controle que a criança tem sobre as reações sócio-emocionais. É importante reafirmar que os fatores moderadores ou protetores pessoais e sociais não atuam de forma isolada, não fazem seus

aportes independentemente um do outro. Todos os aportes interatuam, e desta interação, que é constante e específica a cada pessoa, é que surge ou não o fenômeno da resiliência.

Autores como Lösel, Bliesener e Köferl (1989), têm preferido o termo fatores protetores, que incluem recursos tanto pessoais, como sociais, com os quais a criança faz frente às situações vitais difíceis. Os fatores protetores vinculados aos recursos pessoais da criança incluiriam os seguintes elementos: autonomia, independência, empatia, orientação para tarefa e fatores de temperamento (nível intelectual, grau de aproximação ou afastamento a situações ou pessoas novas, grau de flexibilidade e qualidade de humor) (Rutter & Hersov, 1985).

Rutter e Hersov (1985) afirmam que em numerosas investigações, os resultados têm sido consistentes em mostrar que o fator protetor mais influente é a existência e disponibilidade de uma relação de cuidado receptiva e estável no tempo, durante a tenra infância (importância da figura estável). Esta presença deve estar caracterizada por um contato próximo, estimulador e afetivo com a criança. A probabilidade da criança acreditar em si mesma e no mundo, de ser uma pessoa confiante e satisfeita com a sociedade, ou ao contrário, transformar-se numa pessoa desconfiada e revoltada, centrada exasperadamente em suas necessidades corporais depende, em grande parte, de como ela foi cuidada em seus primeiros anos de desenvolvimento (Fiedler & Cooper, 1989).

Garmezy e Masten (1984) afirmam que os fatores protetores operam através de três mecanismos: o desafio, a compensação e a imunização. Estes não são excludentes entre si e podem atuar conjuntamente, ou, por vezes, não manifestar-se em diferentes etapas do desenvolvimento. No modelo do desafio, o *stress* é visualizado como um estímulo para atuar com maior competência. No modelo compensatório, os fatores de *stress* e as características individuais atuam acumulativamente e o *stress* potencial pode ser contraposto por alguma fonte de apoio. No modelo de imunidade, existe uma relação condicional entre os estressores e os protetores.

Rutter (1993) assinala como processos protetivos, as influências que modificam melhoram ou alteram a resposta dos indivíduos a ambientes hostis, que predis põem a conseqüências mal adaptativas. Rutter (1987) aponta para o fato de que o cognitivo do

indivíduo e o estilo de comportamentos de crenças, tais como temperamento, *locus* de controle, competência percebida, poderão proteger o indivíduo do risco.

Alguns fatores interferem no processo de crescimento e desenvolvimento das crianças, atuando a favor da resiliência ou em direção à vulnerabilidade. Kobasa (1979) detectou que as pessoas mais resistentes ao *stress* parecem ter três características básicas comuns: (a) abertura para mudanças; (b) sensação de estar no controle de suas vidas; (c) envolvimento em alguma área da vida que os motiva.

Um dos aspectos importantes a ser considerado como fator de resiliência e em relação a aspectos protetivos, é a capacidade da pessoa perceber como estando sob seu controle, os acontecimentos nos quais está envolvida. O tópico a seguir refere-se a *locus* de controle.

### 1.7 *Locus* de controle

Estudos sobre causalidade social iniciaram-se na década de 50, com os estudos de Heider (1958) sobre como as pessoas atribuem causas ao comportamento dos outros.

Os primeiros estudos sobre controle percebido - que é uma capacidade individual que as pessoas desenvolvem com a intenção de lidar com os acontecimentos da vida e entender como e porquê estes eventos acontecem, desenvolvendo mecanismos particulares de articulação - tiveram origem nos trabalhos publicados por Bialer (1961) e Rotter (1966).

O construto *locus* de controle foi desenvolvido por Julian Rotter na década de 60, com base na teoria da aprendizagem social proposta pelo mesmo autor em 1954. Para O'Brien (1984), *locus* de controle diz respeito a expectativa do indivíduo sobre o controle de seus esforços se dando no âmbito interno (esforço pessoal, competência, etc.) ou externo (as outras pessoas, sorte, chance, etc.). Segundo Bastos (1991), dependendo do *locus* de controle, os incluídos reagirão de maneira diferente às contingências de reforço, o que permitirá refinar as predições acerca de como esses reforços alteram as suas experiências.

A teoria de *locus* de controle afirma que “quando um esforço é percebido pelo sujeito como seguido de alguma ação própria mas não sendo totalmente contingente nesta

ação, então em nossa cultura, ele é tipicamente percebido como resultado da sorte, do acaso, destino como imprevisível, devido a grande complexidade das forças que a cercam. Quando o evento é interpretado desta forma pelo indivíduo, nós temos denominado esta crença como controle externo. Se a pessoa percebe que o evento é contingente em seu próprio comportamento ou relativamente a uma característica permanente, nós denominamos esta crença como controle interno" (Skinner, 1995, p.1). Tal controle ocorre devido a necessidade inata que os seres humanos têm em dirigir e ter controle e competência sobre suas vidas. É moldado pelo desenvolvimento e é uma força ativa na linha do desenvolvimento.

Dela Coleta (1987) definiu *locus* de controle como um construto que tem por objetivo explicar uma característica relativa à percepção das pessoas sobre a fonte (interna ou externa) de controle nos acontecimentos em que estão envolvidas. Weiner (1985) assinala que quando algo acontece às pessoas, estas costumam questionar o porquê isso acontece. A esta ligação entre a situação vivida e a expectativa de mudança, denominou atribuição de causalidade. Skinner (1995) indica o controle percebido como sendo um fator de proteção a situações estressantes: "controle percebido fornece proteção contra as experiências de angústia em tempos de objetivos e elevado caos". (p.87)

Ross (1977) descreve como erro fundamental a tendência das pessoas a atribuírem seus atos positivos a si mesmos e os atos negativos às condições externas, enquanto que, ao julgarem outra pessoa, tendem a atribuir aos acertos dessa pessoa a causas externas e os erros a causas internas. A tendência das pessoas a subestimar as condições situacionais e superestimar as condições pessoais nas atribuições sobre comportamentos negativos de grupos externos foi denominada por Pettigrew (1979) de erro definitivo de atribuição.

Nesse estudo, compreender a questão do *locus* de controle das famílias de meninos em situação de rua, possibilitará a compreensão de ações efetivas a serem direcionadas à essa população, minimizando sentimentos de impotência e inadequação por parte dos familiares, estruturando, desta forma, a construção de um envolvimento eficaz, capaz de diminuir a exposição destes meninos a situação de *stress*, bem como, a internalização, por parte destes meninos do sentimento de competência no direcionamento de suas vidas,

A revisão bibliográfica mostra a importância do papel da família no desenvolvimento saudável do indivíduo, enquanto apoiadora, estimuladora e ponto de referência para este indivíduo em formação. A abordagem ecológica do desenvolvimento estuda o indivíduo em contexto e sua família como um microsistema que influencia no desenvolvimento da criança.

Tendo em vista esses aspectos, esse estudo tem como objetivo investigar a visão das famílias de meninos em situação de rua, sobre a situação atual de vida desses meninos, sua saída de casa, as expectativas sobre seu futuro e as crenças de *locus* de controle da família sobre ela (*locus* de controle). Outro objetivo foi investigar esses mesmos tópicos do ponto de vista do menino, ou seja, seus motivos para saída de casa, as suas expectativas sobre seu futuro, sua situação de vida atual e suas crenças de controle sobre sua vida (*locus* de controle).

## CAPÍTULO II

### MÉTODO

#### *Participantes*

Foram entrevistadas 40 meninos com idade entre 8 e 18 anos que encontravam-se nas ruas da cidade de Caxias do Sul/RS. O estudo foi desenvolvido apenas com participantes do sexo masculino devido ao fato de que, nas observações prévias ao início do estudo, percebeu-se um número muito pequeno de meninas nas ruas da cidade de Caxias do Sul, o que não permitiria uma amostra significativa. No entanto, isso não afirma a inexistência de meninas em situação de rua, mas que talvez, sua permanência nas ruas da cidade é menor e quando ocorre têm outras características. Foram entrevistadas, ainda, 22 famílias destes participantes, em seus locais de moradia. Os endereços foram fornecidos pelos jovens entrevistados nas ruas. O número de famílias foi menor em relação ao total de meninos, devido a dificuldade de localizá-las.

A Tabela 1 apresenta a distribuição por idade dos meninos participantes.

Tabela 1. Idade dos meninos participantes

VARIÁVEL	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
18	1	2,5
17	2	5
16	5	12,5
15	6	15
14	6	15
13	9	22,5
12	5	12,5
10	2	5
09	3	7,5
08	1	2,5
TOTAL	40	100

Como mostra a Tabela 1, a maior concentração por faixa etária, neste estudo ocorre entre 13 e 15 anos com 52,5% da população investigada.

A Tabela 2 apresenta a série escolar que cada menino participante cursava na época da coleta de dados.

Tabela 2. Série em que os meninos entrevistados diziam estar matriculados (n=29)

VARIÁVEL	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
1 <sup>a</sup>	3	10,39
2 <sup>a</sup>	2	6,9
3 <sup>a</sup>	8	27,6
4 <sup>a</sup>	12	41,4
6 <sup>a</sup>	4	13,8
TOTAL	29	100

Dos 40 jovens entrevistados, 72,5% encontravam-se matriculados em escola regular e o restante não estava matriculados. Maior número de meninos estava matriculado na 4<sup>a</sup> série do primeiro grau com 41,4%, seguido da 3<sup>a</sup> série com 27,6%. Questionados quanto ao turno em que estão matriculados nas escolas, a maior concentração se dá no turno da manhã com 72,41%.

A Tabela 3 mostra o grau de escolaridade dos meninos entrevistados quando abandonou a escola.

Tabela 3. Até que série estudou quando do abandono da escola, segundo os meninos entrevistados (n=11)

VARIÁVEL	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
2 <sup>a</sup>	1	9,09
3 <sup>a</sup>	2	18,18
4 <sup>a</sup>	5	45,45
5 <sup>a</sup>	1	9,09
6 <sup>a</sup>	2	18,18
TOTAL	11	100

Na Tabela 3 é importante salientar que 100% dos jovens entrevistados neste estudo, já esteve matriculado em escola regular. Dos onze meninos entrevistados que não estão matriculados atualmente, 45,45% cursou até a 4<sup>a</sup> série quando do abandono da escola.

Outro aspecto investigado foi quanto ao local onde dormiam.

A Tabela 4 apresenta o local onde os meninos entrevistados dormem.

Tabela 4. Local onde dorme, segundo os meninos entrevistados (respostas múltiplas)

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
EM CASA	31	77,5
NA RUA	10	25
NA CASA DE OUTRAS PESSOAS	2	5
NÃO RESPONDEU	3	7,5
TOTAL	46	

A Tabela 4 mostra que 77,5% dos meninos entrevistados, referem dormir em casa em alguns dias da semana.

Foi investigada a configuração familiar a partir da visão dos meninos.

A Tabela 5 refere-se às pessoas que são consideradas como membros da família na visão dos meninos entrevistados.

Tabela 5. Pessoas que são consideradas como da família pelos meninos entrevistados (respostas múltiplas)

VARIÁVEL	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
PAI	19	47,5
MÃE	32	80
PADRASTO	6	15
TIOS	8	20
AVÓS	6	15
IRMÃOS	33	82,5
AMIGOS	3	7,5
ESPOSA	1	2,5
FILHA	1	2,5
MÃE ADOTIVA	1	2,5
NINGUÉM	2	5
SOBRINHO	1	2,5
PADRINHO	1	2,5
PRIMOS	1	2,5
TOTAL	44	

Os jovens entrevistados não consideraram a madrasta como da família mesmo havendo esta figura em alguns dos sistemas familiares investigados, o mesmo não ocorrendo com a figura do padrasto. A Tabela 5 mostra ainda que 80% considera a mãe como pessoa da família e 82,5% considera os irmãos como pessoas da família. Ainda é importante salientar que 5% considera não ter família.

Os dados que se seguem foram obtidos através das entrevistas com um familiar dos meninos entrevistados e anteriormente identificados.

A Tabela 6 faz referência ao número de pessoas que fazem parte da família entrevistada.

Tabela 6. N.º de pessoas que fazem parte da família, segundo os familiares entrevistados

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
ATÉ 4 MEMBROS	3	13,63
DE 5 A 7 MEMBROS	17	77,27
DE 8 A 9 MEMBROS	2	9,09
TOTAL	22	100

A Tabela 7 refere-se aos membros da família nomeados pelos familiares entrevistados.

Tabela 7. Membros da família, segundo os familiares entrevistados (respostas múltiplas)

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
PAI	12	54,54
MÃE	19	86,36
PADRASTO	6	27,27
MADRASTA	1	4,54
AVÓS	2	9,09
FILHOS	22	100
CUNHADOS	4	18,18
NETOS	1	4,54
TOTAL	67	

Houve a inclusão da figura da madrasta como membro da família pelos familiares. A Tabela 8 diz respeito ao número de filhos segundo a visão do familiar entrevistado.

Tabela 8. N.º de filhos, segundo os familiares entrevistados

VARIÁVEL	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
FILHO ÚNICO	1	4,54
DOIS FILHOS	1	4,54
TRÊS FILHOS	7	31,81
QUATRO FILHOS	2	9,09
CINCO FILHOS	6	27,27
SEIS FILHOS	4	18,18
ONZE FILHOS	1	4,54
TOTAL	22	100

### *Instrumentos*

Foi utilizada uma entrevista estruturada com os meninos, para obter dados de identificação e sócio-demográficos, dados escolares, dados relativos a saída de casa, dados familiares, questões pessoais atuais e expectativas em relação ao futuro (ver Anexo A), e uma entrevista estruturada com a família, para obter dados de identificação do respondente, da família, visão relativa a saída do jovem para as ruas, sentimentos da família em relação a saída e permanência do jovem fora de casa, grau de conhecimento das atividades dos meninos nas ruas, expectativas de futuro dos jovens em situação de rua (ver Anexo B). Ambos instrumentos apresentam questões para avaliar *locus* de controle, tais como: Com os meninos - Por que acha que saiu de casa pela primeira vez? O que deveria ter acontecido para que não desejasse sair de casa? Se já foi vítima de algum tipo de agressão ou se foi exposto a algum tipo de situação de *stress*, por que acha que isso aconteceu e o que deveria ter acontecido para que isso não acontecesse? Quando sente medo de que forma lida com este sentimento? Qual a pior coisa que aconteceu em sua vida? Por que acontece? O que deveria ter acontecido para ser diferentes? Qual a melhor coisa que aconteceu em sua vida? Por que aconteceu? O que deveria ter acontecido para ser diferente? Com a família - Por que acha que esta família passa pela situação de ter uma criança em situação de rua? O que deveria ter acontecido para que não houvesse esta situação? O que acha que vai acontecer com o futuro da criança, desta família, que está fora de casa?

### *Procedimentos*

Vários cuidados foram tomados em relação à entrevista com os meninos em situação de rua. Durante o ano de 1997, foram realizados grupos de estudos semanais, com alunos do curso de Psicologia da Universidade de Caxias do Sul, com o objetivo de preparar os entrevistadores para a abordagem de rua e para a aplicação das entrevistas. Estes grupos tiveram dois momentos distintos:

- 1º Estudo da Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano, que daria sustentação ao trabalho.
- 2º Treinamento de Abordagem dos meninos na rua para realização da entrevista.

No primeiro momento, objetivou-se instrumentalizar os entrevistadores teoricamente, para que pudessem entender o estudo como um todo. A seguir, os estudos enfocaram a abordagem dos meninos na rua e a aplicação da entrevista. Foram discutidos os sentimentos dos entrevistadores com relação a realidade e aos estereótipos atribuídos a população que seria estudada. Foram estudadas diferentes publicações sobre o tema ressaltando tópicos como:

- a) definição de criança em situação de rua;
- b) aspectos psicológicos e sociais do desenvolvimento;
- c) problemas, valores e sentimentos destas crianças;
- d) características das famílias das crianças em situação de rua.
- e) padronizar o trabalho das entrevistadoras.

Também foram trabalhados aspectos práticos para realização das entrevistas como: porte de valores, vestimentas, promessa de ajuda, entre outros.

Finalizando o treinamento iniciou-se a coleta de dados. Partindo de um levantamento previamente feito (março de 1998) através de observação e mapeamento da cidade, foram determinados os locais onde os meninos seriam encontrados. Os meninos participantes foram entrevistados nas ruas da cidade, individualmente, por alunas de Psicologia que haviam passado pelo treinamento. O menino era abordado pela entrevistadora que apresentava o estudo e uma carta de apresentação. Era questionada a disponibilidade e o consentimento de participação do menino e respeitada sua recusa (houveram apenas duas recusas ao trabalho). Eram apresentados os objetivos do trabalho, explicava-se como seriam utilizadas as informações colhidas, bem como a necessidade de entrar em contato com a família do respondente. Houve casos em que o menino se dispôs a participar da entrevista, sem, no entanto, consentir com a visita à sua família, o que foi respeitado pela entrevistadora. Tentou-se encontrar, na rua, um lugar mais "privado" para realização da entrevista, onde pudesse haver menor número de interrupções possível. A rua foi sempre o local da entrevista, sem um grande afastamento do participante de seus companheiros. As entrevistas duraram em média trinta minutos, chegando a alcançar uma hora e trinta minutos em alguns casos.

As famílias foram visitadas em seus locais de residência para a realização da entrevista, pela mesma pesquisadora que entrevistou o menino, a partir do endereço fornecido por este. Comumente, o endereço fornecido era incompleto, nem sempre devido ao desconhecimento do próprio jovem, mas pelo fato das habitações estarem em locais clandestinos, o que dificultou bastante a localização das mesmas. Houve a necessidade de se partir de pontos de referência dados pelo menino como: nome de um bar próximo a casa, igreja, escola, entre outros, o que também demonstrou a habilidade das crianças em dar referências sobre a localização de ruas e casas, diferentes de um nome e/ou número de rua. Na maioria das entrevistas com a família, esta, inicialmente, mostrava-se relutante em participar da entrevista, talvez por experiências anteriores com assistentes sociais, ou com pessoas vindas por parte do juizado de menores. No primeiro momento, era apresentada uma identificação por parte da entrevistadora, falava-se dos objetivos do trabalho, de como se obteve o endereço, de como seriam utilizados os dados das entrevistas e solicitava-se autorização, por escrito, para esta utilização. Em dois casos foi necessário voltar devido ao fato do pai estar alcoolizado no momento do primeiro contato. Marcou-se novo dia e horário e então foi possível desenvolver o trabalho. As entrevistas duraram em média trinta minutos, nunca ultrapassando a uma hora. As dezenove famílias não encontradas se deu devido aos fatos anteriormente comentados. Algumas habitações estavam em locais clandestinos, de difícil acesso, nem sempre com pontos de referências possíveis de serem encontrados (n=17). Outras não foram procuradas a pedido dos próprios meninos (n=2).

## CAPÍTULO III

### RESULTADOS

Os dados obtidos com as entrevistas das famílias e dos meninos em situação de rua foram analisados em seu conteúdo e agrupados em categorias. Frequências e percentagens de cada uma das categorias de resposta foram levantadas e são apresentadas a seguir.

#### 3.1 Resultados obtidos com meninos em situação de rua na cidade de Caxias do Sul

Além dos dados demográficos dessa amostra de meninos de rua, já apresentados na seção de Método desse estudo, outras questões foram investigadas.

##### 3.1.1 Escola

Investigou-se sobre os motivos que levaram os meninos entrevistados a abandonar a escola.

A Tabela 9 refere-se ao motivo que levou o menino a abandonar a escola.

Tabela 9. Frequência e percentual de motivos dados pelos meninos em situação de rua para o abandono da escola (respostas múltiplas) (n=11)

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
EXPULSÃO	2	18,18
OPÇÃO	8	72,72
NECESSIDADE DE TRABALHO	2	18,18
QUESTÕES EXTERNAS	4	36,36
TOTAL	16	

Entende-se como questões externas respostas do tipo troca de escola; a mãe não ter matriculado; ter se juntado com uma mulher; mudança de bairro, que foram dadas pelos participantes.

Dos jovens entrevistados que optaram por abandonar a escola (categoria opção), 72,72% justificaram que não gostavam de estudar; era ruim; não tinha vontade; entre outras e pararam de estudar por escolha própria.

A Tabela 10 apresenta as causas dadas pelos meninos entrevistados para o fato de terem parado de estudar.

Tabela 10. *Locus* de controle dos meninos em situação de rua sobre o fato de parar de estudar (respostas múltiplas) (n=11)

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
LOCUS EXTERNO	6	54,54
LOCUS INTERNO	5	45,45
NÃO SEI	1	9,09
NÃO QUIS RESPONDER	1	9,09
TOTAL	13	

Nesta questão foi considerado como *locus* externo respostas do tipo: era longe; professora enchia; imposição da família; precisava sustentar a família; fazia muito tempo que estava na escola. Como *locus* interno, foram consideradas respostas do tipo: não queria ir para escola; fui drogado para escola; nunca gostei de estudar; preguiça; eu gazeava muito.

A Tabela 11 sistematiza as crenças assinaladas pelos participantes deste estudo que poderiam ter impedido o afastamento da escola.

Tabela 11. *Locus* de controle dos meninos em situação de rua sobre o que poderia ter mudado o acontecido com relação ao estudo (respostas múltiplas) (n=11)

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
LOCUS EXTERNO	5	45,45
LOCUS INTERNO	4	36,36
NADA	3	27,27
NÃO SEI	3	27,27
NÃO QUIS RESPONDER	1	9,09
TOTAL	16	

Nesta questão, foi considerado como *locus* externo respostas como: trocar a professora; ajudarem a voltar; familiares não obrigarem a trabalhar; ser rico; pais terem melhores possibilidades de trabalho. Como *locus* interno foram consideradas respostas como: parar de fazer bagunça; é ruim ficar escrevendo; não ter me ajuntado; ter vontade.

### 3.1.2 Família

Dos 40 jovens entrevistados, 27,5% refere ter apenas dois irmãos e 20%, tem quatro irmãos. É importante salientar que foi considerado pelo vários entrevistados como irmão, aqueles que ainda moram junto da família. Este resultado não corresponde ao número de filhos dados pelas famílias entrevistadas (ver Tabela 7).

### 3.1.3 Saída de casa

Os resultados abaixo, são referentes a saída de casa segundo a visão do menino entrevistado.

A Tabela 12 diz respeito ao tempo que faz que o menino saiu de casa pela primeira vez.

Tabela 12. Frequência e percentual de respostas quanto ao tempo que faz que o menino em situação de rua saiu de casa pela primeira vez

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
MENOS DE UM ANO	5	12,5
DE 1 A 3 ANOS	14	35
DE 4 A 7 ANOS	15	37,5
DE 8 A 11 ANOS	5	12,5
NÃO QUIS RESPONDER	1	2,5
TOTAL	40	100

Dos 40 jovens entrevistados, 80% lembravam quando saíram para a rua pela primeira vez e 20% diz não lembrar. A maior concentração de respostas ocorre entre um e sete anos desde a saída pela primeira vez para as ruas.

A Tabela 13 apresenta os motivos apontados pelos meninos entrevistados para a saída de casa.

Tabela 13. Frequência e percentual de respostas sobre os motivos apontados pelos meninos em situação de rua para saída de casa (respostas múltiplas) (n=40)

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
INFLUÊNCIA EXTERNA	15	46,87
DIFICULDADES FINANCEIRAS	15	46,87
OPÇÃO	2	6,25
AGRESSÕES	3	9,37
BUSCA DE INDEPENDÊNCIA	1	3,12
NÃO SEI	1	3,12
NÃO QUIS RESPONDER	1	3,12
OUTROS	4	12,5
TOTAL	42	

Considerou-se nesta questão como influência externa respostas do tipo: amigos convidaram; o pai se separou; parei de trabalhar; via os outros fazendo queria fazer igual; a mãe mandou. Como dificuldade financeira foram tabuladas respostas como: precisava dinheiro; para trabalhar; para pedir; precisava de roupas. A categoria opção inclui respostas do tipo: porque eu quis. Como sofrer agressões tabulou-se respostas como: padrasto batia; mãe, pai e irmãos batiam; não tinha o que comer. A categoria independência foi tabulada a partir de respostas como: quis ser mais independente. A categoria outros inclui respostas do tipo: para vir para o centro; porque eu bebia; para cheirar cola; para brincar.

A Tabela 14 apresenta as respostas a questão de *locus* de controle relacionado a saída de casa pela primeira vez.

Tabela 14. Frequência e percentual de *locus* de controle com relação à primeira saída de casa

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
LOCUS EXTERNO	13	32,5
LOCUS INTERNO	16	40
AMBOS	4	10
NÃO QUIS RESPONDER	1	2,5
NÃO SEI	6	15
TOTAL	40	100

Nesta questão forem considerados *locus* externo respostas como: minha mãe não conseguia emprego; meu pai era alcoólatra, por causa de dinheiro; minha mãe precisava;

a mãe mandava eu ir; pai estava desempregado; em casa a mãe não deixa brincar porque está tudo ocupado. Como *locus* interno foram tabuladas respostas que incluíam: precisava trabalhar; as drogas me levaram; deu vontade; eu brigava no bairro; eu gosto; eu aprontava; quis ser mais independente; não gostava do grupo da COMAI (Comissão Municipal de Amparo à Infância) e saí. Foi tabulado dentro da categoria ambas respostas como: por mim e pelos amigos; erros meu e ignorância do padrasto; meus amigos tinham dinheiro e eu também queria; toda família bebia.

A Tabela 15 apresenta a crença dos meninos quanto aos fatos que poderiam ter evitado a saída de casa pela primeira vez.

Tabela 15. Frequência e percentual de *locus* de controle quanto aos fatos que poderiam ter evitado a saída de casa

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
<i>LOCUS</i> EXTERNO	15	37,5
<i>LOCUS</i> INTERNO	4	10
NADA	6	15
NÃO SEI	12	30
NÃO QUIS RESPONDER	3	7,5
TOTAL	40	100

Como categoria *locus* externo, foram consideradas respostas do tipo: emprego; meu pai e mãe fiquem juntos; minha mãe e avó não terem morrido; não faltar comida; não sorrarem; pai trabalhar; ter balanço em casa; não terem me convidado; ganhar um rancho. Na categoria *locus* interno tabuladas respostas como: se eu arrumasse trabalho; entrar para um programa; gosto desse serviço.

Quando questionados sobre se havia acontecido algo de significativo antes de sua saída pela primeira vez para rua, 40% dos meninos participantes responderam que houve algo significativo próximo a sua saída para as ruas, 57,5% responderam que não havia acontecido algo de específico e 2,5% não quis responder. Dentro destes 40%, 37,5% assinalaram o desemprego de um dos progenitores (ver Tabela 11).

A Tabela 16 apresenta os fatores desencadeantes da saída de casa, segundo a visão dos meninos entrevistados.

Tabela 16. Freqüência e percentual de respostas sobre fatores desencadeantes da saída de casa (n=11)

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
DESEMPREGO DE UM DOS PROGENITORES	6	37,5
DOENÇA NA FAMÍLIA	2	12,5
SEPARAÇÃO DOS PAIS	3	18,7
MORTE	4	25
BRIGAS	1	6,25
TOTAL	16	100

Diante da questão relacionada ao desejo ou não de voltar para casa quando saiu pela primeira vez, 85% responderam que pensavam em voltar para casa naquele momento, 10% respondeu que não pensava em voltar e 5% não quis responder a questão.

A Tabela 17 refere-se as crenças, segundo a visão dos meninos participantes do estudo, que poderiam ter resultado na volta destes para casa.

Tabela 17. Freqüência e percentual de *locus* de controle dos meninos em situação de rua quanto aos fato que poderiam ter resultado na volta para casa

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
<i>LOCUS</i> EXTRENO	9	22,5
<i>LOCUS</i> INTERNO	11	27,5
NÃO SEI	2	5
NÃO QUIS RESPONDER	18	45
TOTAL	40	100

Conforme mostra a Tabela 17, 45% não quis responder. Nesta questão foi considerado como *locus* externo: que a mãe estivesse em casa e desse comida e roupa; se o pai ajudasse em casa; mãe e pai conseguir emprego; se a mãe estivesse doente. Como

*locus* interno foram consideradas respostas do tipo: não ter saído; gostar muito do pai; eu sempre volto.

A Tabela 18 apresenta as atividades que geram renda aos meninos entrevistados.

Tabela 18. Frequência e percentual de respostas sobre as atividades que geram renda na rua (respostas múltiplas)

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
ESMOLA	18	45
TRABALHA	30	75
FURTA	1	2,5
OUTROS	1	2,5
TOTAL	50	

Com relação ao fato de ter ou não que ajudar de alguma forma em casa, 60% disse não precisar ajudar em casa, enquanto que 40% respondeu precisar contribuir de alguma forma sendo que destes 40%, 100% referiu contribuir com dinheiro e 26,66% também com alimento. Questionados se acontece algo, caso não levem a contribuição para casa, 26,66% respondeu ser castigado.

A Tabela 19 apresenta as crenças dos meninos quanto a levarem algum tipo de ajuda para casa.

Tabela 19. Frequência e percentual de *locus* de controle dos meninos em situação de rua quanto ao fato de levar algo para casa

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
LOCUS EXTERNO	9	60
LOCUS INTERNO	1	6,6
NÃO SEI	5	33,33
TOTAL	15	100

*Locus* externo foram consideradas respostas como: padrasto bate; meu pai não dá pensão e minha mãe não tem dinheiro; falta dinheiro; Deus me escolheu; não gostam de

mim, só quando eu tenho dinheiro. *Locus* interno diz respeito a respostas do tipo: preciso de dinheiro para comprar minhas coisas.

A Tabela 20 apresenta a frequência com que os meninos entrevistados voltam para casa.

Tabela 20. Frequência e percentual de respostas quanto a frequência com que os meninos em situação de rua voltam para casa

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
TODOS OS DIAS	30	75
MENOS O FINAL DE SEMANA	4	10
1 VEZ POR MÊS	3	7,5
MENOS DE UMA VEZ POR MÊS	2	5
MENOS DE UMA VEZ POR ANO	1	2,5
TOTAL	40	100

Os dados apresentados seguir, dizem respeito a caracterização dos vínculos familiares, segundo a visão dos meninos participantes deste estudo.

A Tabela 21 faz referência à pessoa da família que os meninos entrevistados mais gostam.

Tabela 21. Frequência e percentual de respostas sobre a pessoa que o menino entrevistado mais gosta na família (respostas múltiplas)

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
MÃE	15	37,5
PAI	8	20
IRMÃOS	9	22,5
PARENTES PRÓXIMOS	10	25
TODOS	4	10
NINGUÉM	2	5
TOTAL	60	

Como parentes próximos tabulou-se: avós, tia e primo. A mãe e os irmãos aparecem como as pessoas que os respondentes mais gostam na família.

A Tabela 22 faz referência a pessoa que os meninos entrevistados mais gostam, fora da família.

Tabela 22. Frequência e percentual de respostas sobre a pessoa que os meninos entrevistados mais gostam fora da família (respostas múltiplas)

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
PARENTES PRÓXIMOS	13	32,5
AMIGOS	13	32,5
ÍDOLOS	3	7,5
ALGUÉM QUE AJUDOU	2	5
NÃO SEI	1	2,5
NÃO QUIS RESPONDER	4	10
NINGUÉM	8	20
TOTAL	44	

Como parentes próximos foram considerados: avó; tio; pai; filha; madrinha; irmão que não mora junto. Conforme a Tabela 22, parentes próximos, incluindo o pai, não são considerados da família.

A Tabela 23 sistematiza a existência de alguém mau dentro da família segundo a visão dos meninos entrevistados.

Tabela 23. Frequência e percentual de respostas sobre a existência de alguém muito mau na família, segundo os meninos entrevistados

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
TODOS	1	4,76
ELE MESMO	1	4,76
PARENTE PRÓXIMO	12	57,14
PADRASTO	4	19,04
OUTROS	3	14,28
TOTAL	21	100

Cinquenta e dois e meio por cento dos meninos participantes respondeu haver alguém muito mau na família e 47,5% respondeu que não havia alguém mau em sua família. Na categoria parentes próximos foram tabuladas respostas como: tia; marido da madrinha; irmão; mãe; irmã; tio; primo; avó. É importante salientar a inclusão de si mesmo como sendo a pessoa má da família.

No motivo dado para considerar esta pessoa ruim, aparecem 42,85% de respostas referindo abuso físico, 33,33% abuso psicológico, 28,57% abuso de ambas as formas.

A Tabela 24 apresenta situações de *stress* a que foram expostos os meninos entrevistados.

Tabela 24. Frequência e percentual de respostas sobre situações de *stress* vivenciada em casa ou na vizinhança segundo os meninos participantes (respostas múltiplas)

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
BRIGAS	30	75
BEBEDEIRA	26	65
ASSALTO	19	47,5
MORTE	15	37,5
RELAÇÕES SEXUAIS	11	27,5
CRIME	7	17,5
TOTAL	98	

Cem por cento dos meninos participantes já vivenciou situações de muito *stress* como crime; assalto; brigas; relações sexuais e bebedeiras.

A Tabela 25 apresenta as situações de risco a que foram expostos os meninos entrevistados.

Tabela 25. Frequência e percentual de respostas sobre situações de risco das quais os meninos em situação de rua foram vítimas (respostas múltiplas)

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
AGRESSÃO FÍSICA	26	74,28
ABUSO SEXUAL	4	11,42
FOME EM CASA	3	8,57
FOME NA RUA	8	22,85
DOENÇAS	17	48,57
TOTAL	58	

Dos 40 entrevistados, 87,5% respondeu já ter sido exposto a alguma das situações investigadas e 12,5% respondeu não ter sido exposto a alguma das situações de risco investigadas.

A Tabela 26 apresenta dados sobre o que levou, segundo a visão dos meninos entrevistados, a serem expostos a situações de risco.

Tabela 26. Frequência e percentual de *locus* de controle sobre o fato de serem vitimizados

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
<i>LOCUS</i> EXTRENO	9	25,71
<i>LOCUS</i> INTERNO	8	22,85
AMBOS	1	2,85
NÃO SEI	12	34,28
NÃO QUIS RESPONDER	5	14,28
TOTAL	35	100

Como *locus* externo foram consideradas respostas como: acharam que eu roubei; por causa de dinheiro; Jesus me escolheu; meu pai não quer que eu venha para rua. Na categoria *locus* interno foram tabuladas respostas como: eu queria me aventurar; eu queria ficar na rua; por eu ter brigado; incomodei. Na categoria ambos encontrou-se respostas como: eles já me conheciam (policiais).

A Tabela 27 apresenta o que, na opinião dos meninos entrevistados deveria ter acontecido para que não tivesse ocorrido as situações que os fizeram vítima de alguma situação de risco.

Tabela 27. Frequência e percentual de *locus* de controle dos meninos em situação de rua sobre o que deveria ter ocorrido para que não tivesse sido vítima de situações de risco

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
<i>LOCUS</i> EXTERNO	5	14,28
<i>LOCUS</i> INTERNO	14	40
NÃO SEI	9	25,7
NÃO QUIS RESPONDER	7	20
TOTAL	35	100

Nesta questão foram consideradas respostas de *locus* externo: não ter violência; ter um revólver; meus pais ficarem juntos; pai e mãe não surrarem; minha mãe pedir para eu voltar. Como *locus* interno: ter me comportado; ter obedecido; estudar; me esforçar; eu ter ido embora mais cedo.

Questionados sobre o fato de já terem sido obrigados a fazer alguma coisa que não queriam, do tipo: roubar; manter relações sexuais; assistir relações sexuais; usar álcool; usar outro tipo de droga, 57,5% respondeu nunca ter sido obrigado a qualquer uma destas atividades 2,5% não quis responder (ver Tabela 28).

A Tabela 28 apresenta as frequências e percentuais de respostas do menino quanto a ser forçado a fazer algo contra sua vontade.

Tabela 28. Frequência e percentual de respostas quanto ao fato de ser forçado a fazer alguma coisa que não queria (respostas múltiplas)

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
-----------	------------	------------

ROUBAR	2	28,5
TER RELAÇÕES SEXUAIS	3	42,8
ASSISTIR A RELAÇÕES SEXUAIS	1	14,2
USAR ÁLCOOL	2	28,5
USAR OUTRO TIPO DE DROGA	3	42,8
OUTROS	5	71,42
TOTAL	16	

A Tabela 29 apresenta as justificativas dadas pelos meninos entrevistados sobre os motivos, por eles atribuídos ao fato de terem sido obrigados a fazer algo que não queriam.

Tabela 29. Frequência e percentual de *locus* de controle sobre o fato de ter sido obrigado a fazer algo que não queria (respostas múltiplas)

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
<i>LOCUS</i> EXTERNO	6	85,7
<i>LOCUS</i> INTERNO	3	42,8
AMBOS	1	14,2
NÃO SEI	2	28,5
NÃO QUIS RESPONDER	2	28,5
TOTAL	14	

Como *locus* externo categorizou-se respostas como: era para acontecer; minha mãe tem preguiça; se não fizesse apanhava; queriam o meu dinheiro. Do tipo *locus* interno foram consideradas as respostas: não ando com os guris; não sair com eles; não ando com pessoas que usam droga ou bebem. Na categoria ambos foram incluídas respostas do tipo: via os outros fazendo, deu vontade.

A Tabela 30 refere-se ao *locus* de controle sobre o que deveria ter acontecido para que os entrevistados não tivessem se submetido a fazer o que não desejavam, segundo a visão destes.

Tabela 30. Frequência e percentual de *locus* de controle dos meninos em situação de rua sobre o que deveria ter acontecido para não ter se submetido ao que lhe foi forçado (respostas múltiplas)

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
<i>LOCUS</i> EXTERNO	4	57;14
<i>LOCUS</i> INTERNO	5	71;42
NÃO SEI	3	42;8
NÃO QUIS RESPONDER	3	42;8
TOTAL	15	

Nesta questão, na categoria *locus* externo foram consideradas respostas como: mãe e padrasto não terem preguiça; a família ser diferente; eles não insistirem. *Locus* interno foram tabuladas respostas como: fugir; não ser como eles; ficar em casa; sair de perto de más companhias.

### 3.1.5 Situação atual de vida dos meninos

As Tabelas que seguem, dizem respeito a questões pessoais e situação atual de vida dos meninos em situação de rua, entrevistados.

Na questão referente a manter ou não relações sexuais atualmente, 72,5% respondeu não ter vida sexual ativa e 27,5% respondeu ter vida sexual ativa. Dos que têm vida sexual ativa, 81,81% respondeu usar camisinha para fazer sexo enquanto 4,5% respondeu que não usa preservativo e 4,5% não quis responder a questão. Perguntado se eram explorados sexualmente, 92,5% respondeu que não e 7,7% não quis responder a questão. Em relação ao fato de pensar em se prostituir como forma de ganhar dinheiro, 5% respondeu já ter pensado nesta possibilidade, 85% disse não ter pensado nisso e 10% não respondeu a pergunta.

A Tabela 31 apresenta os motivos que levaram os meninos entrevistados a evitar a prostituição como forma de ganhar dinheiro.

Tabela 31. Frequência e percentual de respostas sobre os motivos que levaram os meninos em situação de rua a evitar a prostituição como forma de ganhar dinheiro

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
MORAL	21	52,5
SAÚDE	3	7,5
NECESSIDADE	2	5
NÃO QUIS RESPONDER	14	35
TOTAL	40	100

Na categoria moral considerou-se respostas como: não tem sentido; é errado; os pais não deixam; não é decente; só mulher faz isso; quero namorar e gostar; tem que ter amor. Na categoria saúde foram tabuladas respostas como: medo da AIDS; medo de doenças. Como necessidade foram computadas respostas do tipo: procuro outra coisa para ganhar dinheiro; não penso nisso.

Foi investigado sentimentos de medo vivenciado pelos meninos quando estavam em casa e hoje, nas ruas.

A Tabela 32 apresenta os medos que os meninos entrevistados disseram ter quando estavam em casa.

Tabela 32. Freqüência e percentual de respostas sobre medos que os meninos tinham quando estava em casa (respostas múltiplas) (n=40)

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
ABSTRATOS	11	27,5
ACIDENTE	1	2,5
AGRESSÃO	9	22,5
NADA	13	32,5

NÃO SEI	1	2,5
NÃO QUIS RESPONDER	7	17,5
NÃO LEMBRO	2	5
TOTAL	44	

Na categoria abstratos incluiu-se respostas do tipo: pai falecido; fantasma; de morto; sair e não voltar mais. Como acidente foram tabuladas respostas como: que a casa queimasse. Na categoria agressão considerou-se respostas tais como: que invadissem minha casa; que meu pai matasse minha mãe; ser ameaçado com arma pelo irmão; que a mãe e o padrasto brigassem mas isso não acontecia; de estar em casa

A Tabela 33 refere-se aos medos que os meninos entrevistados disseram experimentar hoje, nas ruas.

Tabela 33. Frequência e percentual de respostas sobre os medos que os meninos entrevistados têm hoje, nas ruas (respostas múltiplas) (n=40)

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
FUTURO	8	20
AGRESSÃO	18	45
ACIDENTE	2	5
NADA	14	35
NÃO QUIS RESPONDER	3	7,5
TOTAL	43	

Na categoria futuro incluiu-se respostas como: não ser feliz; da droga; da morte; procurar trabalho e não encontrar. Como agressão foram computadas respostas do tipo: polícia; que batam em mim; estupro; levar um tiro e morrer; seqüestro; que um bandido me pegue.

A Tabela 34 apresenta as reações dos meninos entrevistados em relação ao sentimento de medo que vivencia hoje, nas ruas.

Tabela 34. Frequência e percentual de respostas quanto ao tipo de reação frente ao seu sentimento de medo (respostas múltiplas) (n=40)

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
ENFRENTAMENTO	10	25
FUGA	11	27,5
PASSIVIDADE	12	30
NEGAÇÃO	2	5
NÃO SEI	1	2,5
NÃO QUIS RESPONDER	6	15
TOTAL	42	

Como enfrentamento entendeu-se respostas do tipo: vou em frente; grito; peço ajuda; acho para onde ir; fico acordado; me cuido; não fico sozinho em casa. Como fuga: me escondo; fujo. Na categoria passividade são encontradas respostas tais como: fico quieto; não faço nada; não penso. Em negação encontram-se respostas do tipo: nunca sinto medo.

A Tabela 35 apresenta a visão dos meninos participantes deste estudo sobre o pior acontecimento ocorrido em suas vidas.

Tabela 35. Freqüência e percentual de respostas sobre o pior acontecimento de suas vidas (respostas múltiplas) (n=40)

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
PROBLEMAS NA FAMÍLIA	5	12,5
MORTE	8	20
AGRESSÃO	10	25
ACIDENTE	6	15
VOLTAR PARA CASA	1	2,5

RUA/DROGAS	4	10
NÃO SEI	3	7,5
NÃO LEMBRO	1	2,5
NADA	5	12,5
TOTAL	43	

A Tabela 36 refere-se aos fatos atribuídos como causa para o que foi considerado como o pior acontecimento na vida dos meninos entrevistados, segundo sua visão.

Tabela 36. Frequência e percentual de *locus* de controle dos meninos sobre o pior fato ocorrido em suas vidas

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
<i>LOCUS</i> EXTERNO	12	30
<i>LOCUS</i> INTERNO	5	12,5
AMBOS	6	15
NÃO SEI	4	10
NÃO LEMBRO	1	2,5
NÃO QUIS RESPONDER	12	30
TOTAL	40	100

Como *locus* externo foram consideradas respostas como: por causa da mãe; meu irmão roubava; fui escolhido; meu pai era alcoólatra; era para acontecer; meu pai não gosta de mim. Em *locus* interno encontram-se respostas como: gosto de cuidar da rua; fui na conversa dos outros. Como ambos: ninguém dá o braço a torcer; brigas; incomodação.

A Tabela 37 apresenta as crenças dos meninos entrevistados sobre o que deveria ter acontecido para que a pior coisa de suas vidas não tivesse ocorrido.

Tabela 37. Frequência e percentual de *locus* de controle sobre o que deveria ter acontecido para ser diferente

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
<i>LOCUS</i> EXTRENO	8	20
<i>LOCUS</i> INTERNO	8	20
AMBOS	2	5

NADA	2	5
NÃO SEI	8	20
NÃO QUIS RESPONDER	12	30
TOTAL	40	100

Nesta questão, como *locus* externo foram consideradas respostas como: mãe ter falado com o pai; mãe arrumar emprego; pai nunca ter bebido; ter sorvete em casa; Deus ajudar; eles não terem me pegado. Como *locus* interno tabulou-se respostas como: saber que minha mãe morreu; não deixo o pai me bater; ter ido a uma psicóloga; que eu não cheirasse; não ter ficado olhando. Na categoria ambos foram tabuladas respostas como: não ter brigas, ninguém dá o braço a torcer.

A Tabela 38 apresenta, segundo a visão dos meninos entrevistados, qual o melhor fato ocorrido em suas vidas.

Tabela 38. Frequência e percentual de *locus* de controle sobre o melhor fato ocorrido na vida dos meninos entrevistados

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
<i>LOCUS</i> EXTERNO	12	30
<i>LOCUS</i> INTERNO	20	50
AMBOS	2	5
NADA	1	2,5
NÃO SEI	4	10
NÃO LEMBRO	1	2,5
TOTAL	40	100

Como *locus* externo foram tabuladas respostas como: meu filho; fazer R\$ 47.00 na raspadinha; meu pai ter deixado eu ir sozinho para praia; ter ficado com a mãe; poder sair de noite; mãe dar dinheiro; brincar no balanço e sorvete; entrar na escola de futebol; mãe ter sido salva dos tiros. Na categoria de *locus* interno foram consideradas respostas como: amigos; ir para chácara de reabilitação; ter nascido; não ter morrido; trabalhar e estudar; ter passado de ano na escola; ajudar a mãe comprar guisado; ter parado com as drogas; estar vivendo.

A Tabela 39 refere-se aos motivos atribuídos pelos meninos entrevistados para que o melhor ocorrido em suas vidas acontecesse.

Tabela 39. Frequência e percentual de *locus* de controle dos meninos em situação de rua sobre o que determinou melhor fato ocorrido em suas vidas

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
<i>LOCUS</i> EXTRENO	4	10
<i>LOCUS</i> INTERNO	15	37,05
AMBOS	3	7,5
NÃO SEI	8	20
NÃO QUIS RESPONDER	10	25
TOTAL	40	100

Como *locus* externo incluiu-se respostas como: Deus quis; mãe tinha mais responsabilidade; dia de sorte; por causa da dona da padaria. Na categoria *locus* interno foram tabuladas respostas como: me esforcei; eu sou um bom menino; me cuido; obedeci; eu ajudava; eu usava droga e fui me tratar; eu trabalho; eu quis; bom preparo físico. Como ambos foram consideradas respostas como: nos conhecemos, nos achamos legais, ficamos amigos; presto atenção como as pessoas agem e faço igual.

### 3.1.6 Expectativas de vida

Os resultados que se seguem dizem respeito a expectativas de vida dos meninos entrevistados. Sessenta por cento dos meninos entrevistados entendem a rua como o

melhor lugar para estar, 30% responderam que a casa é melhor e 10% disse que cada um tem suas vantagens.

A Tabela 40 apresenta o que é esperado para o futuro na visão dos meninos entrevistados.

Tabela 40. Frequência e percentual de respostas quanto as expectativas de futuro dos meninos em situação de rua (respostas múltiplas) (n=40)

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
AFETIVO	4	10%
MATERIAL	10	25%
PROFISSIONAL	36	90%
SEGURANÇA/BEM ESTAR	5	12,5%
NÃO SEI	2	5%
TOTAL	57	

Na categoria afetivo registrou-se respostas como: namorada; ter minha família. Na categoria material foram consideradas respostas do tipo: casa; carro; moto. Profissional: trabalho; estudo. Para a categoria segurança/bem estar registrou-se respostas como: parar com as drogas; vida melhor; crescer.

A Tabela 41 apresenta as respostas dos entrevistados sobre o que pode fazer para que suas expectativas de futuro se concretizem.

Tabela 41. Frequência e percentual de *locus* de controle dos meninos em situação de rua sobre suas expectativas de futuro (respostas múltiplas) (n=40)

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
LOCUS INTERNO	40	100%
AMBOS	1	2,5%
NÃO QUIS RESPONDER	2	5%
TOTAL	43	

Como *locus* interno foram consideradas respostas como: trabalhar; estudar; mudar de vida; parar com as drogas; me esforçar; sair da rua; viver; passar por tudo; ter disciplina; treinar. Na categoria ambos registrou-se respostas como: casar.

É importante observar que o fato de não se computar respostas como *locus* externo pode sugerir que os meninos entrevistados entendam o futuro como podendo ser direcionado por eles próprios.

### 3.2 Resultados obtidos na entrevista com um membro das famílias dos meninos em situação de rua

Das entrevistas feitas com os familiares, 77,26% dos questionários foi respondido pela mãe, 9,09% pelo pai e 13,65% por outro membro da família como irmã, avô, avó. Questionados sobre a existência de algum filho morto, com respostas de múltipla escolha, 40,90% respondeu haver perdido algum filho e 59,09% responderam que não a esta questão. Dos que responderam afirmativamente, 72,72% menciona doenças do tipo: tuberculose, edema pulmonar, desnutrição, problema respiratório, etc. como causa da morte, 18,18% por acidente e os demais 9,1% não soube atribuir uma causa à morte de seus filhos. Questionados sobre se algum de seus filhos vive a maior parte do dia nas ruas, 68,18% respondeu que sim e 31,82% respondeu que não.

A Tabela 42 apresenta a visão que o familiar entrevistado tem sobre o que os meninos que estão nas ruas fazem a maior parte do dia.

Tabela 42. Frequência e percentual de respostas quanto a visão do familiar sobre o que os meninos que estão a maior parte do dia nas ruas fazem (respostas múltiplas) (n=22)

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
CUIDAM DE CARROS	5	22,72
AJUDA EM LOJAS	1	4,54
LIMPA LOJA	1	4,54
SE DROGA	5	22,72
NÃO SOUBE RESPONDER	1	4,54
ESMOLA	3	13,63

ENGRAXA	1	4,54
PRECISA DINHEIRO	1	4,54
VENDE RASPADINHA	3	13,63
ESTUDA	1	4,54
FAZ BAGUNÇA	1	4,54
NÃO IMAGINO	1	4,54
BRINCA	1	4,54
TRAZ DINHEIRO	1	4,54
TRABALHA COMO PEDREIRO	1	4,54
TOTAL	27	

A Tabela 42 mostra um percentual significativo de respostas do tipo: uso de drogas (22,72%).

A Tabela 43 apresenta as respostas dadas pelas famílias sobre os motivos atribuídos ao fato dos meninos passarem a maior parte do dia fora de casa.

Tabela 43. Frequência e percentual de *locus* de controle dos familiares sobre os motivos que levam os meninos a passar a maior parte do dia fora de casa

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
<i>LOCUS</i> EXTERNO	11	50
<i>LOCUS</i> INTERNO	5	22,72
NÃO SEI	4	18,18
NÃO QUIS RESPONDER	2	9,9
TOTAL	22	100

Foram consideradas como *locus* externo respostas como: amigos ruins; começou com drogas no colégio; meu marido ganha pouco; os outros convidam; pai não

dá pensão; padrasto e eu estamos desempregados; queria dinheiro para se drogar; falta dinheiro. Respostas do tipo *locus* interno foram: em casa eu não permito que se drogue; eles querem ajudar; é oprimido, agitado.

Ao familiares serem questionados sobre se os filhos voltam diariamente para casa, 72,72% disseram que o filho volta para casa e 27,28% responderam que não.

A Tabela 44 apresenta a frequência com que os filhos voltam para casa, segundo a visão do familiar entrevistado.

Tabela 44. Frequência e percentual de respostas quanto a frequência com que os filhos voltam para casa

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
DIARIAMENTE	15	68,18
MENOS FINAL DE SEMANA	2	9,09
UMA VEZ POR MÊS	3	13,63
MENOS DE UMA VEZ POR MÊS	2	9,09
TOTAL	22	100

A Tabela 45 refere-se aos sentimentos da família quando o menino volta para casa.

Tabela 45. Frequência e percentual de respostas referentes a sentimentos manifestos pelas familiares quanto a volta do menino para casa

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
BEM	13	59,09
MAL	2	9,09
CULPA/REPARAÇÃO	6	27,27
SEMPRE VOLTOU	1	4,54
TOTAL	2	100

Considerou-se respostas da categoria bem: acho bom; feliz; agrada, não maltrata. As da categoria mal: não posso dizer nada; mal. Como categoria culpa/reparação foram

tabuladas respostas do tipo: fico sentido por ele não ter mais conforto mas pelo menos tem comida e onde dormir; dou higiene; aconselhamos.

A Tabela 46 refere-se aos sentimentos da família quando o menino não volta para casa.

Tabela 46. Frequência e percentual de respostas a sentimentos manifestos pelos familiares quando o menino não volta para casa (respostas múltiplas)

CATEGORIAS	FREQÜÊNCIAS	PERCENTUAIS
PREOCUPADA	18	81,81
BEM	1	4,54
IMPOTENTE	1	4,54
SEMPRE VOLTOU	3	13,63
NÃO SOUBE RESPONDER	1	4,54
TOTAL	24	

Na categoria preocupada considerou-se respostas do tipo: não consigo dormir; tenho medo; nervosa; tristeza; desespero; não consigo comer; “ataque dos nervos”.

A Tabela 47 apresenta os sentimentos vivenciados pela família quando da saída do menino para as ruas.

Tabela 47. Frequência e percentual de respostas quanto aos sentimentos dos familiares quando da saída do menino para as ruas

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
PREOCUPADA	11	50
BEM	2	9,09
IMPOTÊNCIA	5	22,72
CULPA	2	9,09
NÃO RESPONDEU	2	9,09
TOTAL	22	100

Como preocupada, foram categorizadas as respostas: preocupada e com medo do que poderia acontecer; tentamos achar uma solução; péssimo; revolta; fiquei quase louca; coração apertado. Na categoria bem, tabulou-se respostas do tipo: melhor que usar droga,

está trabalhando; foi bom pois precisava de dinheiro. Como impotência considerou-se respostas como: desastre; não queríamos; antes pelo menos eu tinha a chance de ir atrás. Na categoria culpa foram consideradas as respostas: cada um se culpa um pouco; eu não queria, mas quando faltam as coisas.

Investigando as crenças de controle dos familiares com relação a saída do menino para as ruas, tabulou-se como *locus* externo respostas do tipo: desemprego; necessidade; más companhias; meu marido ganha pouco; ele quis. Como *locus* interno foram tabuladas respostas como: sonho de ser jogador; sonho de ganhar muito dinheiro. Na categoria outros, aparece respostas do tipo: ele tem disritmia.

A Tabela 48 apresenta a visão dos familiares, sobre o que deveria ter acontecido para que os meninos não estivessem nas ruas.

Tabela 48. Frequência e percentual de *locus* de controle dos familiares sobre o que deveria ter acontecido para que os meninos não tivessem saído para as ruas (respostas múltiplas)

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
<i>LOCUS</i> EXTERNO	13	59,09
<i>LOCUS</i> INTERNO	5	22,72
AMBOS	2	9,09
NÃO SEI	4	18,18
TOTAL	24	

Foram consideradas *locus* externo respostas como: não andar em más companhias; a mãe dele não ter ido embora; conseguir emprego; pai dar pensão; não existir drogas, fome, miséria; meu marido ter emprego. Como *locus* interno, tabulou-se respostas do tipo: não entendo; deixar as drogas; mais união. Na categoria ambos foram

consideradas as respostas: ele teria que se tratar das drogas; só prendendo pois ele se governa.

A Tabela 49 apresenta os sentimentos das famílias em relação ao fato dos filhos encontrarem-se em situação de rua hoje.

Tabela 49. Frequência e percentual de respostas sobre como os familiares sentem, hoje, o fato do filho estar nas ruas

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
CULPA	2	9,09
BEM	2	9,09
MAL	9	40,90
IMPOTÊNCIA	3	13,63
NEGAÇÃO	6	27,17
TOTAL	22	100

Na categoria bem, foram tabuladas respostas como: bem, ele está mais calmo, não apronta; feliz desde que não faça bagunça. Como mal, foram levantadas respostas do tipo: não gosto, pois sei dos problemas da rua; sinto vontade de sumir; mal; medo; revolta; tristeza; preocupada; preocupada, é criança e precisa de ajuda; péssima. Como impotência considerou-se: não tem o que fazer; conformado. Na categoria negação encontram-se respostas como: ele não está mais indo; está parando de ir, porque não gosta; ele tem boa cabeça; enquanto está lá está fazendo coisa que preste; só não pode acontecer nada ruim.

Dos familiares respondentes, 72,72% verbalizou não ter incentivado a saída do menino para a rua, enquanto que 27,27% respondeu que houve incentivo. Desses, 66,66% foi por parte da mãe e 33,33% do pai e da mãe.

A Tabela 50 apresenta os comentários que eram feitos pela família sobre o ocorrido, nos primeiros dias da saída dos meninos para as ruas.

Tabela 50. Frequência e percentual de respostas sobre o que os familiares falavam nos primeiros dias da saída do filho para as ruas

CATEGORIAS	FREQÜÊNCIAS	PERCENTUAIS
------------	-------------	-------------

BUSCAVA SOLUÇÃO	6	27,17
BEM	3	13,63
PREOCUPADA	7	31,81
IMPOTÊNCIA	3	13,63
NADA	3	13,63
TOTAL	22	100

A Tabela 51 apresenta de que forma os meninos que estão nas ruas colaboram em casa segundo a visão da família.

Tabela 51. Frequência e percentual de respostas dadas pelos familiares entrevistados, sobre a forma com que o filho colabora em casa (respostas múltiplas) (n=11)

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
ALIMENTO	6	54,54
ROUPA	3	27,27
DINHEIRO	10	90,90
ATIVIDADES DOMÉSTICAS	3	27,27
TOTAL	21	

Cinquenta por cento dos participantes afirmaram que o menino colabora em casa, enquanto 45,45% disse que ele não colabora em casa e 4,55% referiu que a ajuda se dá quando o menino quer.

A Tabela 52 diz respeito à forma como os filhos conseguem a ajuda que dão em casa, na visão dos familiares entrevistados.

Tabela 52. Frequência e percentual de respostas dadas pelos familiares entrevistados de como os meninos conseguem a ajuda (respostas múltiplas) (n=11)

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
CUIDANDO DE CARRO	6	54,54
ENGRAXANDO	2	18,18
VENDENDO RASPADINHA	4	36,36
ESMOLANDO	2	18,18
PEQUENOS SERVIÇOS	1	9,09

TRABALHANDO	1	9,09
TOTAL	16	

A Tabela 53 apresenta a visão dos familiares entrevistados sobre as expectativas de futuro dos filhos que estão em situação de rua.

Tabela 53. Frequência e percentual de respostas sobre as expectativa de futuro para o menino que está nas ruas, segundo a visão do familiar respondente (respostas múltiplas) (n=22)

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
MORTE	5	22,72
RUIM	4	18,18
BOM	8	36,36
IMPOTÊNCIA	4	18,18
NÃO RESPONDEU	3	9,09
TOTAL	24	

A Tabela 54 apresenta a visão dos familiares entrevistados sobre as expectativas de futuro dos filhos que estão em casa.

Tabela 54. Frequência e percentual de respostas sobre as expectativa de futuro para os filhos que estão em casa, segundo a visão do familiar entrevistado

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
BOM	16	72,72
RUIM	4	18,18
IMPOTÊNCIA	1	4,54
NÃO RESPONDEU	1	4,54
TOTAL	22	100

A Tabela 55 apresenta a percepção da família sobre o que considera melhor para o filho, a casa ou as ruas.

Tabela 55. Frequência e percentual de respostas quanto à percepção dos familiares sobre a casa e a rua para seu filho. (n=13)

VARIÁVEL/CAS A	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL	VARIÁVEL/RUA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
POSITIVO	6	42,85	POSITIVO	3	21,42
NEGATIVO	2	14,28	NEGATIVO	2	14,28
TOTAL	8		TOTAL	5	

Dos entrevistados 63,63% responderam notar diferença entre os filhos que estão em casa, em relação aos que estão nas ruas, e 36,36% responderam não perceber diferença alguma.

Questionados sobre quem se dará melhor na vida, 63,63% responderam os filhos que estão em casa e 18,18% as que estão nas ruas. Os outros 18,18% respondeu que ambos terão o mesmo futuro. Cinquenta por cento dos que responderam os de casa como tendo melhor expectativa de vida, justificaram a resposta dizendo que a criança em casa tem mais proteção e os outros 50% com a possibilidade de um futuro melhor. Cem por cento dos que responderam os da rua justificaram a resposta com a possibilidade de um futuro melhor.

## CAPÍTULO IV

### DISCUSSÃO

Esse estudo objetivou investigar a visão das famílias de meninos em situação de rua, sobre a situação atual de vida destes meninos, sua saída de casa, as expectativas sobre seu futuro e as crenças de controle da família sobre ele. Outro objetivo foi de investigar esses mesmos tópicos sob o ponto de vista dos meninos.

Como mostra a Tabela 1, a maior concentração por faixa etária, nesse estudo ocorre entre 12 e 15 anos com 65% da população investigada. Isto não significa dizer que a população de meninos em situação de rua de Caxias do Sul/RS seja composta por esta faixa etária, mas sim que, talvez pelo momento vivido no país, as ruas estão sendo ocupadas por uma população mais velha, diferente das faixas etárias encontradas em

estudos realizados em um outro momento sócio-político do Brasil. Desde o momento em que foi realizado o mapeamento da cidade até a conclusão das entrevistas com os meninos, pode-se notar um aumento de pessoas adultas nas ruas da cidade de Caxias do Sul, ocupando um lugar que até então era ocupado por crianças, em sua grande maioria. Pode-se perceber ainda que pontos da cidade onde anteriormente não se encontravam crianças em atividades como esmolar, vender raspadinhas, entregar folhetos de propagandas, cuidar de estacionamentos, hoje contam com a presença desta população. Talvez esse dado esteja relacionado com o que anteriormente foi citado, a presença de um maior contingente de adultos nas ruas mais movimentadas e centrais da cidade.

Badinter (1985) falando do papel histórico da criança e da forma como o adulto vivencia este momento do desenvolvimento afirma que no século XVIII, a criança pequena é designada pela palavra *poupart* que significava boneca. O *poupart* era considerado pelos pais como um brinquedo divertido e que sua importância estava relacionada com o prazer que proporciona. Era uma espécie de “jogo” nas mãos dos adultos e não um ser singular, com personalidade própria. Assim que deixava de divertir, deixava de interessar. Nessa época, a criança não era considerada um ser completo. Talvez alguns pensem que “estes jogos”, proibidos depois dos sete anos, provem apenas uma concepção da inocência infantil. Essa forma de pensar corrobora os achados nesse estudo no que diz respeito a idade com que a criança sai de casa pela primeira vez que é, em média aos oito anos conforme observa-se na Tabela 1 e na Tabela 12 (tempo que faz que os meninos saíam de casa). Até essa idade o menino estaria sob a responsabilidade de um adulto, segundo a visão dos familiares desse estudo, mas que depois disso, teria adquirido uma autonomia e um novo papel, o de provedor de algumas necessidades familiares.

Dos meninos entrevistados, a maioria encontravam-se matriculados em escola regular. A Tabela 2 mostra que o maior número de meninos estava matriculado na 4<sup>a</sup> série do primeiro grau, seguido da 3<sup>a</sup> série. Dizer que esses meninos encontram-se matriculados em escola regular não afirma sua frequência. Em várias entrevistas o que se pode perceber foi que o turno dado como o da escola, era o mesmo em que se fez a entrevista, ou seja, o menino estava nas ruas. Nos estudos do CEP-RUA/UFRGS,

encontram-se resultados próximos a estes (Alves, 1998; Bandeira e cols. 1994). Questionados quanto ao turno em que estão matriculados nas escolas, a maior concentração se dá no turno da manhã.

Ackerman (1986) define como tarefa da família a socialização da criança e o fortalecimento no desenvolvimento de sua identidade. Fala em dois processos centrais, onde o primeiro seria o de uma posição de conforto e dependência infantil para uma auto-orientação adulta e suas concomitantes satisfações. O segundo seria um lugar de importância infantil, exaltada, onipotente, para uma posição de menos importância - da dependência para a independência - do centro da família para a periferia. Ambos os processos são funções psicológicas da família como uma unidade. No interesse pela saúde emocional da criança é fundamental que esses processos sejam graduais. O que se percebe nesse estudo é que há um processo gradual de afastamento dos participantes tanto da escola como da família (ver Tabelas 3 e 12). Mais de um terço dos meninos entrevistados saíram de casa há seis anos, em média (ver Tabela 12). No entanto, não foram levadas em conta as necessidades reais dos meninos pois a maioria deu respostas como expulsão, necessidade de trabalhar e questões externas como motivo para o abandono da escola (ver Tabelas 9 e 10). Como resposta a questão sobre o que deveria ter sido diferente para que não tivesse abandonado a escola, encontra-se respostas como: ajudarem a voltar; familiares não obrigarem a trabalhar; pais terem melhores possibilidades de trabalho, entre outras, num total de aproximadamente metade das respostas neste item (ver Tabela 11). Questionado quanto aos fatores que poderiam ter evitado a saída de casa, foram encontradas respostas como: não faltar comida, não me surrarem, pai trabalhar, entre outras, obtendo mais de um terço das respostas (ver Tabela 15). E quanto a situações que possibilitariam a volta para casa, foram dadas pelos meninos entrevistados, respostas como: que a mãe estivesse em casa e desse comida e roupas; que os pais conseguissem emprego, entre outras, com aproximadamente um terço das respostas (ver Tabelas 17).

As Tabelas 11 e 19 trazem dados que corroboram as afirmações de Koller (1994) que diz que um terço dos adolescentes de seu estudo sobre julgamento moral pró-social em meninos e meninas em situação de rua, saiu de casa porque não tolerava a ausência

física do pai. A mãe passou a exigir que eles assumissem o sustento da família, papel para o qual eles ainda não se sentiam competentes. Nesse estudo encontra-se respostas relacionadas à questão financeira e necessidade de ajudar economicamente em casa, como permeando a saída dos meninos para as ruas. Esses dados apontam para o novo papel que o menino pobre passa a assumir, o de provedor, quando da ausência ou separação dos pais, papel este que não é seu, mas determinado pelo contexto sócio-histórico. Estes dados também são confirmados na Tabela 19 que apresenta as crenças dos meninos quanto ao fato de levarem algum tipo de ajuda para casa.

Questionados os meninos quanto ao fato de ter ou não que ajudar de alguma forma em casa, a maioria, disse não precisar ajudar em casa. No entanto, ao serem questionados se acontece algo, caso não levem a contribuição para casa, mais de um terço respondeu ser castigado. Questionado o familiar sobre a ajuda dada pelo menino em relação ao sustento da casa, a metade deles afirmou que o menino ajuda nesse sustento (ver Tabela 51).

Na Tabela 17, quase a metade dos meninos entrevistados não quis responder a questão sobre razões que poderiam ter resultado na sua volta para casa. O fato de se negarem a responder a questão, levanta a hipótese sobre a dificuldade de falar de questões diretamente relacionadas aos vínculos afetivos e ao contexto familiar por parte desses meninos.

Quando questionados os meninos sobre como sobrevivem nas ruas, quase a metade respondeu que esmola para sobreviver e a maioria respondeu sobreviver de seu trabalhos (ver Tabela 18). Perguntado aos familiares sobre a mesma questão, 18,18% deu como resposta o esmolar e menos de 10% deu como resposta o trabalho (ver Tabela 52). Cabe ressaltar uma visão diferente de trabalho dos pais em relação a visão das crianças já que para os pais vender raspadinha, engraxar, cuidar de carros e pequenos serviços não são incluídos na categoria trabalho e na visão das crianças sim. Isso é importante na medida em que o esforço da criança é visto de forma diferente pelos pais em relação a visão dos meninos.

Diferentes definições de meninos de rua são apresentadas por diferentes autores. Em 1986, a UNICEF apresenta uma tipologia onde a questão do contato familiar é o

principal ponto para a definição desta população. Cosgrove (1990) utiliza duas dimensões para definir esta população: nível de envolvimento com a família e grau de comportamento desviante. Lusk (1992) propõe uma classificação que leva em conta, além do contato familiar, o trabalho. Koller e Hutz (1996) sugerem a terminologia criança em situação de rua para fazer referência a esta população. Esse estudo vai ao encontro do que é sugerido por Koller e Hutz (1996) pois na maioria dos meninos entrevistados, o contato com a família é mantido. Por vezes o frequentar a escola se faz presente, porém isso não descaracteriza esta população como estando em situação de rua pois mantém-se nas ruas por um grande período do dia ficando expostas a riscos importantes. Na Tabela 4, a maioria dos meninos entrevistados dormem em casa quase que diariamente e segundo eles, voltam para casa diariamente (ver Tabela 20). Segundo o familiar entrevistado, a maioria afirmou que o filho volta diariamente para casa e menos de 10% afirmou que o menino só não volta para casa nos finais de semana (ver Tabela 44). Na Tabelas 25 a maioria dos entrevistados já foi vítima de alguma situação de risco, tais como: agressão física, fome, doenças, abuso sexual, entre outras. Todos estes dados são importantes de serem ressaltados pois, as diferentes definições dadas a esta população provocam alterações nos índices estatísticos apresentados sobre mesma.

Quando questionados os meninos participantes desse estudo sobre quem seriam os membros da família (Tabela 5), encontra-se uma diferença importante em relação as respostas dadas pelos familiares, que é a inclusão da figura da madrastas pelos últimos (ver Tabela 7). Cabe salientar que o mesmo não ocorreu com a figura do padrasto.

Na Tabela 8, quando questionado a família sobre o número de filhos, encontra-se respostas que vão desde o filho único até onze filhos. Essas respostas não correspondem às respostas dos meninos entrevistados quando se questionou o número de irmãos. O que se evidenciou é que, foi considerado como irmãos, pelos meninos entrevistados, aqueles que ainda moram junto da família. Questiona-se com este fato a manutenção do vínculo quando da não convivência freqüente entre os membros da família.

Swart-Kruger e Donald (1996) assinalam a pobreza como fonte de *stress* que interfere nos papéis de pai e mãe, mas não como razão suficiente para a ida das crianças para rua. O que se apresenta nesse estudo se contrapõe ao citado pelos autores pois, a

dificuldade financeira é apontada por quase metade dos participantes como motivo para ter saído de casa pela primeira vez (ver Tabela 13). Na Tabela 14, que também diz respeito ao fato que levou o menino a sair de casa pela primeira vez, são encontradas respostas como: minha mãe não conseguia emprego; por causa de dinheiro; meu pai estava desempregado, entre outras. E na Tabela 16 pode-se encontrar respostas como desemprego de um dos progenitores a pergunta sobre o fato desencadeante à saída de casa pela primeira vez. Isso não significa que outras questões não estejam envolvidas na decisão da criança de sair para as ruas, mas que a situação de pobreza atua como um fator importante para esta decisão.

De acordo com o que é apontado por Koller, Forster, Hutz, Santos, Silva e Frohlich (1994), o fracasso escolar não impede a resiliência social. Nesse estudo a grande maioria dos meninos entrevistados foi se afastando do ambiente escolar, gradativamente, ocorrendo o mesmo em relação ao afastamento da família. Percebe-se no entanto, estabelecimento de vínculos significativos com outras pessoas, sendo referido por mais de um terço dos meninos entrevistados, os amigos como a pessoa mais importante fora da família (ver Tabela 22).

Na Tabela 21, a mãe aparece como a pessoa que o menino mais gosta na família. Em contrapartida, a mãe aparece, dentro da categoria parente próximo, como sendo alguém mau na família (ver Tabela 23). Pode-se levantar a hipótese de um sentimento ambivalente do menino em relação à figura da mãe. É importante ressaltar que o mesmo não ocorre com a figura do pai.

Badinter (1985) afirma que o pai continua sendo, em primeiro lugar, o transmissor da filiação nominal. É graças ao seu patronímico que a criança se pode inserir no grupo social e tentar resolver a angustiante questão das origens. Além disso, Lacan (citado por Badinter, 1985) insistiu longamente na importância do “nome-do-pai”, “significante que vem representar, no inconsciente da criança, o pai simbólico, apoio da lei. Quando o nome-do-pai é excluído, a psicose se desencadeia na criança, que não consegue se erigir em sujeito: sujeito do discurso e sujeito social” (p.318). O que se percebe nesse estudo é que a figura do pai, mesmo do pai simbólico, não se faz muito presente no referencial das crianças entrevistadas colocando-o, por vezes, como membro fora da família (ver Tabela

5). Quando se questionou sobre qual a pessoa que mais gosta fora da família, encontra-se a figura do pai como resposta (ver Tabela 22). Percebe-se no entanto, que a figura do pai não foi considerada como má nas respostas dadas pelos meninos (ver Tabela 23). Cabe aí um questionamento quanto ao fato: O não aparecimento da figura paterna se dá pela pouca valência (quer positiva ou negativa) ou pelo fato de que quando a figura se faz "presente" é internalizada como positiva? Estas questões podem ser esclarecidas através de pesquisa na área investigando, também, o que é afirmado por Lacan quanto ao desencadeamento da psicose na criança onde o nome-do-pai é excluído.

O risco que mais se faz sentir nesse estudo é o social (exposição a ambientes violentos, a droga) onde toda população de meninos investigados já foi exposta a uma experiência do tipo (ver Tabela 24). Em muitas das entrevistas, mesmo não sendo a droga o tema em questões, os meninos traziam seu envolvimento com a mesma ou, no mínimo, sua exposição a essa. Esse fato corrobora os achados de Brito (1999) que em seu trabalho, assinala a droga como um fator de risco para o desenvolvimento e quando associado a situação de rua potencializa o risco deixando ainda mais vulnerável as pessoas atingidas. Nesse estudo, atitude de falar sobre o envolvimento ou a exposição a droga, foi entendida como um pedido de ajuda por parte desses meninos. Na visão dos familiares entrevistados, mais da metade dos entrevistados respondeu que a criança que está na rua desenvolvem atividades que seriam prejudiciais a ela (ver Tabela 42). Estas respostas denotam que, mesmo com uma certa percepção sobre o que possa estar acontecendo com o menino nas ruas, não existe uma mobilização efetiva por parte da família na tentativa de reverter a situação.

Como assinalam Hutz e Koller (1997), o processo de desenvolvimento social é fundamental para sobrevivência dos indivíduos e indispensável para a vida na sociedade. Esse estudo detectou alto índice de exposição a ambientes e a situações negativas desses meninos. Pode-se questionar a possibilidade de desenvolvimento de resiliência social deles num futuro próximo, devido a alta exposição a riscos (ver Tabela 25).

Para Bowlby (1984), "o fato de uma criança ou de um adulto encontrar-se em estado de segurança, de angústia ou de aflição fica determinado, em ampla margem, pela acessibilidade e pela receptividade de sua principal figura de apego" (p.24). Quando

questionado sobre medos que os meninos tinham quando estavam em casa comparando com as respostas aos medos vivenciados nas ruas, houve uma duplicação do percentual de respostas na categoria agressão quando nas ruas (ver Tabelas 32 e 33). Ainda para Bowlby (1984), o comportamento de apego e o de fuga têm a mesma função: proteger, mesmo quando compartilhados ou em conflito. Na Tabela 34, quase um terço dos meninos entrevistados, buscou a fuga como forma de proteger-se dos medos vivenciados e também um terço dos meninos deu respostas dentro da categoria passividade para a mesma pergunta. É importante salientar que em nenhuma das respostas dos meninos foi referida a busca da família ou da casa no sentido de proteger-se ou de aliviar este sentimento.

Luthar e Zigler (1991) verificaram que o nível sócio-econômico apresenta-se como um estressor já bastante investigado. Outro aspecto de *stress* significativo em relação à situação de risco é a falta de expectativas dos pais quanto ao desenvolvimento de seus filhos. Nesse estudo, a visão de futuro dos pais em relação ao filho em situação de rua é significativamente mais negativa do que o do próprio menino (ver Tabelas 40 e 53). Não há contudo, um esforço efetivo dos pais, para alterar esta situação, quer por sentirem-se impotentes, quer por atribuírem ao filho ou a questões externas o fato de encontrarem-se nessa situação (ver Tabela 43). Questionada a família sobre como se sente quando o filho volta para casa, quase um terço deu respostas dentro da categoria culpa/reparação (ver Tabela 45). Na questão referente ao sentimento da família em relação a saída do filho para rua, preocupação é a categoria de resposta mais apresentada, sem contudo, apresentar uma ação efetiva para o problema (ver Tabela 48). E quando questionados sobre o sentimento que a família tem hoje em relação ao fato da criança estar nas ruas, muitos revelam se sentir mal, sem, no entanto, apresentar um envolvimento maior para resolução do problema (ver Tabela 49). A Tabela 50 mostra que, nos primeiros dias da saída do menino para as ruas, quase um terço dos familiares disse buscar soluções para a situação. Parece que este movimento vai se perdendo ao longo do tempo onde o sentimento de impotência fica mais forte. A ausência de uma rede de apoio social suficientemente estruturada pode ser um dos fatores para explicar esta problemática.

Rutter (1985) indica a presença de resiliência como relativa, mostrando que suas bases são ambientais e constitucionais, podendo variar com o passar do tempo. Esta afirmação pode ser relacionada com a visão de futuro apresentada pelos participantes desse estudo que, apesar de se encontrarem em uma situação de *stress* importante, percebem em si mesmos, recursos para modificar esta situação. Respostas como estudar; me esforçar; ter disciplina, são encontradas na questão sobre o que pode fazer para atingir suas expectativas para o futuro (ver Tabela 41), o que difere significativamente dos achados nas respostas das famílias à questão relacionada a expectativa de futuro das filhas, onde encontram-se respostas como: impotência; morte e ruim, em sua maioria (ver Tabela 53).

As famílias em situação de pobreza estão submetidas a uma série de demandas que se constituem em poderosas fontes de ameaça ao *stress* crônico. As crianças pobres estão expostas a condições precárias que influem negativamente na saúde mental. Os efeitos da privação sobre a saúde mental são cumulativos. A dificuldade para satisfazer as necessidades básicas da família desencadeia nos pais, sentimento de dor, culpa, preocupação, ao se verem fracassados em seus papéis (Kotliarenco, Alcares & Cáceres, 1995). Este estudo corrobora esta forma de compreensão da pobreza e seus efeitos estressores. Das famílias entrevistadas, a maioria mostra-se preocupada quando o menino não volta para casa (ver Tabela 46). Cinquenta por cento sente-se preocupada com a saída do filho para as ruas (ver Tabela 47) e mais da metade refere algum tipo de mal estar que vai desde a culpa até a impotência com o fato do filho encontrar-se nas ruas hoje (ver Tabela 49).

Kotliarenco e colaboradores (1995) assinalam que muitas reações dos pais que vivem na pobreza, condicionam, de forma importante, a qualidade de vida de seus filhos. Pode acontecer que a reação dos pais ao *stress* ambiental traduza-se em exigência à obediência permanente por parte da criança, aplicando castigos físicos, negando afeto e falhando nas respostas às necessidades dos filhos. Esse estudo mostra que a necessidade financeira e a agressão justificaram a opção do menino pela rua (ver Tabela 13) e respostas como alcoolismo, desemprego, miséria, justificam a saída de casa pela primeira vez (ver Tabela 14). Por outro lado, nas respostas dadas pelas famílias, metade dos

respondentes justifica a saída e permanência do filho fora de casa com causas externas, talvez como forma de aliviar sentimentos de culpa referido em Kotliarenco e colaboradores (1995) (ver Tabela 43).

Rutter (1985) identifica como fatores importantes na resiliência, as experiências positivas que levam a sentimentos de auto-eficácia, autonomia e auto-estima, capacidade para lidar com mudanças e adaptações, e um repertório amplo de abordagens para solução de problemas. Kobasa (1979) detectou que as pessoas mais resistentes ao *stress* parecem ter três características básicas comuns: (a) abertura para mudança; (b) sensação de estar em controle de suas vidas; (c) envolvimento em alguma área da vida que os motiva. Apesar de não se ter encontrado neste estudo, muitas experiências positivas nas vivências destas crianças, o que se pode perceber é que, para estes acontecimentos há uma percepção de *locus* de controle interno com respostas como: me esforcei; sou bom menino; me cuido; eu trabalho; entre outras (ver Tabela 39) e que para acontecimentos negativos a percepção da criança é de *locus* de controle mais externo com respostas como: por causa da mãe; meu pai é alcoólatra; era para acontecer; entre outras (ver Tabela 36) o que parece corroborar os achados de Kobasa (ver Tabelas 35 a 39). Estes dados também podem ser interpretados, segundo o que é dito por Ross (1977) que descreve como erro fundamental a tendência das pessoas a atribuírem seus atos positivos a si mesmos e os atos negativos às condições externas, enquanto que, ao julgarem outra pessoa, tendem a atribuir aos acertos dessa pessoa a causas externas e os erros a causas internas.

Nesse estudo, quando questionado os pais sobre como percebem a saída dos filhos para as ruas, o que deveria ter acontecido para que fosse diferente, quem se dará melhor (os que estão em casa ou os que estão nas ruas), as respostas vão ao encontro do que é citado por Oliveira (1993) que afirma a função dos grupos culturais na produção de adultos que operam de acordo com os modos culturalmente aceitos de ordenar o real. Na Tabela 47, quando questionados os sentimentos vivenciados pela família quando da saída do filho para as ruas, um terço dos familiares deu respostas como: estar na rua é melhor do que usar drogas; está trabalhando; foi bom pois precisávamos de dinheiro; antes eu tinha possibilidade de ir atrás, agora não; não queríamos mas o que fazer!. Na Tabela 48,

mais da metade das respostas do tipo *locus* de controle foi externo, mostrando uma ineficiência ou uma impotência do familiar em entender seu envolvimento com a saída do filho para as ruas. Na Tabela 49, quando questionados sobre como o familiar se sente hoje com o fato do filho estar nas ruas, respostas como: ele está mais calmo; feliz desde que não faça bagunça; me sinto conformado; não tem o que fazer; ele tem boa cabeça; enquanto está lá está fazendo coisa que preste entre outras, assinala um pouco da percepção dos familiares em relação ao seu conceito de estar nas ruas negando, talvez, sua visão do que estão fazendo os meninos que estão nas ruas (ver Tabela 42). Na Tabela 52, quando foi perguntado aos pais de que forma as crianças conseguem a ajuda que dão em casa, respostas como: cuidando de carro; engraxando; esmolando; fazendo pequenos serviços; vendendo raspadinha e trabalhando, são encontradas. E na Tabela 55, quando questionou-se o familiar sobre onde considera melhor, em casa ou na rua, menos de um quarto respondeu a rua como sendo melhor. Questionados os familiares sobre quem se dará melhor na vida, as crianças que estão em casa ou os que estão nas ruas, mais da metade respondeu os filhos que estão em casa. Aparece ainda casos de respostas que ambos terão o mesmo futuro. Cinquenta por cento dos que responderam os de casa como tendo melhor expectativa de vida, justificaram a resposta dizendo que o filho em casa tem mais proteção. A outra metade, com a possibilidade de um futuro melhor. Cem por cento dos que responderam os da rua como tendo possibilidade de se dar melhor, justificaram a resposta com a possibilidade de um futuro melhor para estas crianças pois se tornariam mais exigentes e teriam mais experiências de vida.

Badinter (1985) questiona “...como seria possível interessar-se por um pequeno ser que tinha tanta possibilidade de morrer antes de um ano? ...valia mais a pena não se apegar para não sofrer depois” (p.85). Talvez a visão pessimista da família em relação ao futuro dos filhos e seu sentimento de impotência poderia determinar o não investimento dos pais nestas crianças justificado pelo que é encontrado na história (ver Tabela 53). Essas respostas no entanto, são contraditórias com as respostas encontradas nas Tabelas 46, 47 e 49, que apresentam uma visão positiva dos familiares ao fato do filho estar nas ruas. Entende-se que esta percepção possa estar a serviço do sentimento de impotência vivido pelos familiares desses meninos.

Bowlby (1990) afirma que no período da adolescência o apego aos pais sofre uma mudança, onde outros adultos podem passar a assumir uma importância maior ou igual do que a dos pais. O interesse sexual por companheiros da mesma idade e sexo oposto amplia o quadro. Para a maioria dos indivíduos adultos, o vínculo com os pais prossegue afetando o comportamento de diferentes formas. Esse estudo concorda com Bowlby no que diz respeito a mudança do apego da criança em relação aos pais para outras figuras (ver Tabela 22). Questiona-se no entanto, o tipo de influência que os vínculos com os pais poderá causar nesses meninos e o que se pôde perceber é que as expectativas de futuro dos meninos participantes são contrárias as vivências dos pais. A maioria das respostas dadas pelos meninos entrevistados sobre o que espera do futuro, está dentro da categoria profissional. Em percentagens mais baixas encontra-se a expectativa pelo aspecto material, por segurança/bem estar e aspectos afetivo (ver Tabela 40).

Bowlby (1990), ainda situando a questão do apego, fala da tendência, por parte do ser humano de, em situação de perigo ou desastre súbito, buscar a proximidade de uma outra pessoa conhecida e de sua confiança, numa atitude reconhecida por todos como natural. Diz ainda o autor que a criança, na presença incontestada de uma figura principal de apego, ou a tendo ao seu alcance, sente-se segura e tranqüila. Nesse estudo, conforme a Tabela 34, poucas respostas corroboram esta afirmação. Frente a uma situação que cause medo os meninos entrevistados neste estudo, a solução é encontrada muito mais em si mesmo do que na busca de alguém como proteção, onde foram dadas respostas como: vou em frente; me cuido; fujo; fico quieto, entre outras. É importante observar que nenhuma das respostas referiu a busca de casa ou dos pais, para alguma proteção. Ainda, os meninos entrevistados denotam uma capacidade interna importante de reagir a situações de *stress*, mesmo sem a busca de uma figura de apego como o pai ou mãe. Esse fato corrobora a idéia de Koller e Hutz (1996), quando afirmam que a vida na rua pode possibilitar experiências que se adicionam e promovam o desenvolvimento.

A visão da pobreza tem sofrido mudanças conceituais importantes segundo Werner (1992). Os filhos da pobreza estão marcados por uma forma de vida que tolera riscos em nível biológico e também psicossocial. Estudos em Psicologia Evolutiva, nas últimas décadas, direcionam seus esforços para entender diferenças individuais no

desenvolvimento de pessoas, em relação a situações ambientais semelhantes (Kotliarenco & Dueñas, 1992). Esses estudos chamam a atenção para, pelo menos dois tipos de indivíduos: os que desenvolvem algum tipo de patologia como resposta a pressões ambientais, os quais são denominados “vulneráveis” e um grupo de crianças que, vivendo sob as mesmas condições, se desenvolvem de forma “saudável”. A este grupo denomina-se como “resiliente”. O fenômeno da resiliência é único, por surgir como consequência das diferenças individuais, no processo de interação com o ambiente (Kotliarenco e col., 1992). A complexidade da resiliência não se dá somente pela grande gama de fatores implicados, mas também por essa unicidade já referida, que surge como consequência das diferenças individuais no processo. O enfoque da resiliência parte da premissa que nascer na pobreza, assim como viver em ambiente hostil, são condições de risco para saúde física e mental das pessoas. Sem dúvida, mais que centrar-se nos circuitos que mantêm esta situação, os estudos sobre resiliência preocupam-se em observar aquelas situações que possibilitam o abrir-se a um desenvolvimento mais sadio e positivo (Kotliarenco e col., 1992; Rutter, Champion, Quinton, Maughan & Plicklers 1991). É necessário recordar que as crianças são seres ativos frente ao ambiente. Em consequência, os que são mais resistentes às condições estressantes, são participantes ativos nestas situações de *stress* e desenvolvem estratégias que os permitem desempenhar adequadamente (Scarr, 1993). Nesse estudo, como já foi anteriormente mencionado, em vários casos há participantes que encontram em si mesmos recursos para enfrentar situações importantes de *stress*. Na Tabela 14, quase metade das respostas são de *locus* de controle interno atribuídos pelos meninos entrevistados para explicar as razões que levaram a primeira saída de casa. Na Tabela 17, mais de um terço das respostas à questão referente as razões que poderiam ter resultado na volta para casa, estão na categoria de *locus* de controle interno. Na Tabela 26, com relação ao motivo que levou a criança a ser vítima de alguma situação de risco, quase um quarto das respostas enquadra-se na categoria de *locus* de controle interno. A Tabela 27 mostra aproximadamente metade das respostas na categoria *locus* de controle interno para a questão que investigava o que, na visão da criança deveria ter acontecido para que não tivesse sido vítima de alguma situação de risco. A Tabela 30 a maioria das respostas estão incluídas na categoria *locus* de controle interno,

sobre a questão de o que deveria ter acontecido para que não tivesse sido forçado a fazer alguma coisa que não quisesse. Todas estas respostas mostram a possibilidade vista pelo menino para fazer o enfrentamento de situações de *stress*.

Dela Coleta (1989) considera que a pouca motivação, baixos sentimentos de auto-estima, pouca internalidade de *locus* de controle, parecem interferir diretamente na busca de realizações, de melhor qualidade de vida, de envolvimento em projetos pessoais, da busca por soluções fáceis e rendimento acadêmico. Esse estudo mostra que baixa auto-estima e *locus* de controle não internalizado estão associados, porém não necessariamente predizendo ideais de futuro e projetos pessoais. Na Tabela 10, quando questionados sobre as razões dadas ao fato de parar de estudar, mais da metade das respostas estão enquadradas na categoria *locus* de controle externo. Na Tabela 11, que se refere as razões que poderiam, na visão da criança, tê-lo mantido na escola, encontra-se aproximadamente metade das respostas na categoria *locus* de controle externo. Na Tabela 15, mais de um terço das respostas estão na categoria *locus* de controle externo para a pergunta referente as razões que poderiam ter evitado sua saída de casa. A Tabela 19 apresenta mais da metade das respostas na categoria *locus* de controle externo para a questão referente a necessidade de levar algo para casa. Questionados sobre o motivo que os levou a ser vítima de alguma situação de risco, quase um terço das respostas encontra-se na categoria *locus* de controle externo (ver Tabela 26). Dos meninos entrevistados, a maioria justifica o fato de ter sido obrigada a fazer algo que não queria, com respostas na categoria *locus* de controle externo (ver Tabela 29). Como motivo atribuído a pior experiência de sua vida, encontra-se aproximadamente um terço das respostas na categoria *locus* de controle externo (ver Tabela 36). Contrapondo todas estas respostas encontra-se, na Tabela 41, que se refere ao que poderia ser feito para que a criança alcançasse seus objetivos de futuro, a totalidade de respostas na categoria *locus* de controle interno.

Em relação ao fato de pensar em se prostituir como forma de ganhar dinheiro, a maioria disse não ter pensado nessa possibilidade. Na Tabela 31, mais da metade das respostas encontram-se na categoria moral como motivos que levaram a evitar a prostituição como forma de ganhar dinheiro. É importante este achado na medida em que ele assinala um código moral internalizado pelos meninos entrevistados no que diz

respeito a essa questão. No entanto, não existe um código moral internalizado para a questão do roubo como mostra a Tabela 18.

As informações desse estudo, revelam a necessidade de investir em ações efetivas junto das famílias de crianças em situação de rua, possibilitando um resgate da função familiar bem como, o entendimento das etapas de desenvolvimento, as necessidades básicas de cada fase, potencializando a família como fator protetivo destes indivíduos.

Minimizar o sentimento de impotência dos familiares, recuperando seu real papel e fortalecendo este microssistema (família), viabilizaria o resgate destas crianças enquanto cidadãos, com potencialidades a serem desenvolvidas indo ao encontro da construção de uma sociedade mais justa.

## Referências

- Aberastury, A & Knobel, A (1981). Adolescência Normal. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Alves, P. (1998). O brinqueado e as atividades cotidianas de meninos e meninas em situação de rua. Dissertação de Mestrado Não Publicado. Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Ariès, P.(1985). História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar.
- Ackerman (1986).Diagnóstico e tratamento das relações familiares. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Aptekar, L. (1996) Crianças de rua nos países em desenvolvimento: Uma revisão de suas condições. Reflexão e Crítica, 9, 153-184.
- Aptekar, L. (1989a) Colombian street children Gamines or Chupagruesos. Adolescence. 24, 783-794
- Aptekar, L. (1989) Characteristic of street children of Colombia. Child Abuse and Neglect: The International Journal, 13, 427-439.
- Bastos, A . V.B. (1991). Validação da escala de *Locus* de controle no trabalho. Psico, 22, 133-154.
- Bandeira, D. R., Koller, S. H., Hutz, C. & Forster, L. (1994). O cotidiano de meninos e meninas de rua. XVII International School Psychology Colloquium, Campinas, São Paulo.
- Bandura, A. & Walters, R. (1978). Aprendizaje social e desarrollo de la personalidad. Madrid: Alianza Editorial.
- Bialer, N. (1961). Conceptualization of success and failure in mentally retarded and normal children. Child Development, 42, 1099-1107.
- Brito, R. (1999). Uso de drogas entre meninos e meninas em situação de rua: subsídios para uma intervenção comunitária. Tese de Mestrado Não Publicada. Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Instituto de Psicologia Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

Bronfenbrenner, U.(1977). Toward an experimental ecology of human development. American Psychologist, 32,513-531.

Bronfenbrenner, U. (1979). Context of child rearing: Problems and prospects.American Psychologist, 34, 844-850.

Bronfenbrenner, U. (1986). Is early intervention effective?A report on longitudinal evaluation of preschool programs. Massachussets. Department of Health, Education and Welfare,2.

Bronfenbrenner, U, (1996a). A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados.. Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1979).

Bronfenbrenner, U. (1996b). Ecology of the family as a context for human development: Research perspectives. Development Psychology, 22, 723-742.

Bronfenbrenner, U. (1992). Ecological systems theory. London: Jessica Knigsley Publishers, (Cap.5, pp. 187-249): Six theories of child development. Revised formulations and current insuses.

Bowlby, J. (1984). Separação angústia e raiva. São Paulo: Martins Fontes.

Bowlby, J. (1990). Apego. São Paulo: Martins Fontes.

Cervený, C. M. O.(1997). Ciclo Vital da Família. Trabalho apresentado na XXVII Reunião Anual de Psicologia em Ribeirão Preto. São Paulo.

Cosgrove, J.G.(1990). Toward a working definition os street children. International Social Work, 33, 185-192.

Dela Coleta, M. (1987). Escala Multidimensional de *locus* de controle de Levenson.Arquivos Brasileiros de Psicologia,39, 79-37.

Dela Coleta, J. A (1989). Rendimento acadêmico em tarefas de realização máxima e variáveis psicossociais. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 5, 177-190.

Demo, D. H. (1992). Parent - Child relations - Assessing recent changes. Journal o Marriage and the Family, 5, 100-117.

DeSouza, E. (1996). Psicologia comunitária nos Estados Unidos e na América Latina: Implecações para o Brasil. Reflexão e Crítica, 9, 5-19.

Dessen, M. A (1992). Efeitos do nascimento de uma segunda criança no comportamento e nas relações entre o progenitor e os genitores. Tese de Doutorado. Não publicado. Curso de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo.

Dessen, M. A (1994). Interrelações e relações no contexto familiar: Questões Teóricas e metodológicas. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 10, 213-220.

Féres-Carneiro, T. (1995). Casais em terapia: Um estudo sobre a ruptura e a manutenção do casamento. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, 44, 67-70.

Findley, M. & Cooper, H. (1983). Locus of control and academic achievement: A literature review. Journal of Personality and Social Psychology, 44, 419-127.

Gaiarsa, A (1996). O adolescente e a droga: Qual a melhor atitude do adulto. Psicologia Atual, 14, 26-31.

Garmezy, N. & Masten, A. (1984). The study of stress and a competence in children: A building block of developmental psychopathology. Child Development, 53, 97-111.

Garmezy, N. & Rutter, M. (1985). Stress, coping and development in children. Em Rutter, M. & Herson, L. (Orgs). Child and adolescent psychiatry, modern approaches. Londres.

Glauser, B. (1990). Street children: Demonstrating a construct. Em A. James & A. Prout (Orgs). Constructing and Reconstructing Childhood: Contemporary Issues in the Sociological Study of Childhood. London: Farmer Press.

Hecht, T. (1998). At home in the street. Cambridge: Cambridge University Press.

Heider, F. (1958). The ultimate attribution error? A review of the literature on ingroup causal attribution, European Journal of Social Psychology, 20, 311-335.

Hutz, C. & Koller, S. H. (1997). Questões sobre o desenvolvimento da criança em situação de rua. Estudos em Psicologia, 2, 17-23.

Inter- Organização Não Governamental para Crianças e Jovens de Rua (1983). Program on street children and youth. Geneve, International Catholic Children's Bureau. Jornal Folha de São Paulo, 6 de agosto de 1997.

Karpel, M. A. (1986). Family resources: The hidden partner in family therapy. New York: Guilford Press.

Kobasa, S. C. (1979) Stressful life events, personality and health: an inquiry into hardiness. Journal of Personality and Social Psychology, 37, 1-11.

Koller, S. H. & Hutz, C. (1996). Meninos e meninas em situação de rua: Dinâmica, diversidade e definição. Coletânea da ANPPEP, 1,11-34.

Koller, S.H. (1994) Julgamento moral pró-social de meninos e meninas de rua. Tese de Doutorado. Não Publicada. Curso de Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Koller, S. H., Bandeira, D. & Hutz, C. (1996). Middle-class and street children stereotypes about each other as shown by human figure drawings. Trabalho apresentado na IV Biennial ISSBD Conference. Quebec City, Canada.

Kotliarenco, M.A. & Dueñas, V. (1992). Vulnerabilidad versus resilience: Una propuesta de accion educativa. Trabalho apresentado no seminário: Pobreza e desenvolvimento humano, Chile.

Kotliarenco, M. A. & Cáceres, I. (1995). Una posible posibilidad frente al estres de las famílias en pobreza: Los mecanismos protectores. Trabalho apresentado no seminário: Pobreza e desenvolvimento humano. Chile.

Kotliarenco, M. A., Alvares, C. & Cáceres, I. (1995). Una nueva mirada de la pobreza. Trabalho apresentado no Fórum Internacional pelo Bem Estar da Infância, Chile.

Koller, S.H., Forster, L., Hutz, C.S., Santos, R., Silva, M.S., & Frohlich, C. (1994). Meninos e meninas de rua: família, educação e trabalho. Revista do Ensino, 180, 6-7.

Laufer, H. (1973). Por que meu filho toma drogas? Psicologia Atual,2,10-12.

Lidz. T. (1983). A pessoa - seu desenvolvimento durante o ciclo vital. Porto Alegre: Artes Médicas.

Lipp, M. N. (1996). Atitudes parentais e o desenvolvimento de resiliência ao *stress*. Reflexão e Crítica, 4, 91-96.

Lösel, F. Bliesener, & T. Köferl (1989). On the concept of “ invulnerability” evaluation and results of the bielefeld project. Em Children at risk: assessment,

longitudinal research and intervention, (Orgs) Brambring, M., Lösel, F. & Skowronek, H. Berlin.

Luthar, S. S., & Zigler, E. (1991). Vulnerability and competence: A review of research on resilience in childhood. American Journal of Orthopsychiatry, 61, 6-22.

Mahler, M. (1982). O processo de separação-individuação. Porto Alegre: Artes Médicas.

Maldonado, M. T. (1989). Maternidade e paternidade - Situações especiais e de crise na família. Petrópolis: Vozes.

Marguerat, Y. (1989). Reflexions sus les problematiques de la prevention de la delinquance juvenile en Afrique Noire. Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique, 42, 208-213.

Marques, A.L. (1999). Competência social, empatia e representação mental da relação de apego em famílias em situação de risco. Dissertação de Mestrado Não Publicada. Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

McKirnan, D. J. & Jonhson, T. (1986). Alcohol and drug use among “street” adolescents. Addictive Behaviors, 11, 201-205.

Monteiro, J. M. C. & Dollinger, S. J. (1995). Who are the street kids? an ethnographic and autophotographic study of “Meninos de Rua” in Fortaleza, Brazil. Manuscrito não publicado.

Morch, J. (1984). Abandoned and street children. Ideas Forum. United Nations Children’s Fund (UNICEF), 18, 1-2.

Minuchin (1988). Famílias funcionamento e tratamento. Porto Alegre: Artes Médicas.

O’Brien, G.E. (1984) *Locus of control, work and retirement*. Em: H.M. Lefcourt (Org.), Research with the Locus of control construct: Extension and Limitations (vol.3). Orlando, FL: Academic Press.

Oliveira, M. K. de (1993). Vygotsky - aprendizado e desenvolvimento um processo sócio histórico. São Paulo: Scipione.

Pettigrew, T.F. (1979) The ultimate attribution error: Extending Allport's cognitive analysis of prejudice. Personality and Social Psychology Bulletin, 5, 461-476.

Reis, J.R.T. (1994). Família, emoção e ideologia. Psicologia Social-o homem em movimento, 9-103. São Paulo: Brasiliense.

Reppold, C., Kuschick, M., Santos, C., Bandeira, D., Raffaelli, R. & Koller, S.H. (1996). As relações familiares e a trajetória de crianças e adolescentes as ruas do Brasil. Manuscrito não publicado.

Richter, L. (1988) Street children: The nature in southern Africa: *The Child Care Worker*, 6, 11-14.

Rossmann, B. & Rosemberg, M. (1992). Child, health promotion, screening and surveillance. Journal of Child Psychology and Psychiatry, 33.

Rotter, J. (1966) Generalized expectancies for internal versus external control of reinforcement. Psychological Monographs, 80, 1-20.

Rutter, M. (1987). Psychosocial resilience and protective mechanisms. American Journal of Orthopsychiatry, 57, 316-331.

Rutter, M. & Hersov (1985). Child and adolescent psychiatry. Modern approaches. Londres.

Rutter, M. (1993). Resilience: Some conceptual considerations. Journal of Adolescent Health, 14, 626-631.

Rutter, M., Champion, L., Quinton, D., Maughan, B. & Pickles, A. (1991). Understanding individual differences in environmental-risk exposure. Em N. Bolger, A. Caspi, G. Downey, & Moorehouse (Org). Persons in context. Developmental processes. (pp.61-93). Cambridge: University Press.

Recondo, N., Koller, S.H., Hutz, C., & Equipes (1996). Crianças de rua e família. Manuscrito não publicado.

Ross, L.D. (1977). The intuitive psychologist and his shortcomings: Distortions in the attribution process. Em: L. Berkowitz, Advances in Experimental Social Psychology. (vol. 10). New York: Academic Press.

Rotter, J.B. (1954). Social learning and clinical psychology. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall.

Rutter, M. (1985). Psychosocial resilience and protective mechanisms. American Journal of Orthopsychiatry, 57, 316-331.

Scarr, S. & McKartney, K. (1983). How people make their own environments: A theory of genotype-environment effects. Child Development, 54, 424-435.

Scarr, S. (1993). Genes, experience and development. Em Longitudinal research in individual development. Em Magnusson & Caser (Orgs) Cambridge University Press.

Skinner, E. (1995). Perceived control, motivation & coping. London: Sage.

Swart-Kruger, J. & Donald, D. (1996). Crianças das ruas da África do Sul. Reflexão e Crítica, 9, 59-82.

Tyler, F.B., Holliday, M.Y., Tyler, S. L., Echeverry, J. & Zea, M. C.(1987). Street children and play. Children's Environments Quarterly, 4, 13-17.

Weiner, B.(1985). An attributional theory of achievement motivation and emotion. Psychological Review, 92, 548-573.

Winnicott, D. (1989). Tudo começa em casa. São Paulo: Martins Fontes.

Zamberlan, M. A.; Camargo, F.C., & Alves, Z.M.B. (1997). Interações na família: Revisões empíricas. Em M.A. Zamberlan, & Z. M. B. Alves (Orgs), Interações familiares - teoria, pesquisa e subsídios à intervenção, 2, Londrina: UEL.



## ANEXO A

### ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MENINOS EM SITUAÇÃO DE RUA

Data da entrevista:

Entrevistador:

#### DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

1. Nome:
2. Apelido:
3. Idade:
4. Endereço para localização

#### DADOS ESCOLARES:

5. Está matriculado em alguma escola atualmente?  S  N
6. Série:.....
7. Turno:  Manhã  Tarde  Noite
8. Frequência:  regular  
 de vez em quando  
 nunca
9. Já estudou anteriormente?  S  N
10. Se nunca estudou, por quê?
11. Até que série completa estudou?  1<sup>a</sup>  
 2<sup>a</sup>  
 3<sup>a</sup>  
 4<sup>a</sup>  
 5<sup>a</sup>  
 6<sup>a</sup>  
 outras.....
12. Por que parou de estudar?
13. Por que você acha que isso aconteceu?

14. O que deveria ter acontecido para que não tivesse parado de estudar?

DADOS RELATIVOS A SAÍDA DE CASA:

15. Irmãos

NÚMERO	IDADE	SEXO	SEXO	ESTUD	ESTUD
		FEM	MASC	SIM	NÃO
1					
2					
3					
4					
5					
6					
mais de 6					

16. Você lembra quando saiu de casa pela primeira vez? ( ) S ( ) N

17. Você lembra quanto tempo faz?

18. Por que você saiu de casa pela primeira vez?

19. Por que você acha que isso aconteceu contigo?

20. O que deveria ter acontecido para você não ter saído de casa?

21. Na época em que você saiu de casa ou um pouco antes, aconteceu alguma coisa diferente ou importante, que tenha te marcado? ( ) S ( ) N

- ( ) desemprego do pai
- ( ) desemprego da mãe
- ( ) morte de alguém, quem.....
- ( ) assalto na família
- ( ) doença grave na família
- ( ) mãe casou de novo
- ( ) pai casou de novo
- ( ) outros

22. Na primeira vez que saiu de casa pensava em voltar para casa? ( ) S ( ) N

23. Se não, o que deveria acontecer para que você desejasse voltar?

24. Onde você dorme?

25. Como sobrevive na rua? ( ) pede

( ) trabalha

( ) furta

( ) outros.....

26. Quando você vai para casa, precisa levar alguma coisa? ( ) S ( ) N

27. Se sim, o que? ( ) dinheiro

( ) alimento

( ) roupa

( ) outros.....

28. Se não levar, o que acontece? ( ) não é recebido

( ) é castigado

( ) não acontece nada

( ) outros.....

29. Por que você acha que acontece isso contigo?

30. Com que frequência volta para casa? ( ) todos os dias

( ) até três vezes por semana

( ) uma vez por semana

( ) de 15 em 15 dias

( ) uma vez por mês

( ) outros.....

DADOS FAMILIARES:

31. Quem são as pessoas que fazem parte da família:

- pai
- mãe
- padrasto
- madrasta
- tios
- avô/avó
- irmãos
- amigos
- outros.....

32. De quem você mais gosta na família?.....Por que?.....

33. E fora da família, quem é a pessoa mais importante para você?.....Por que?

34. Tem alguém muito ruim na família? ( ) S ( ) N Quem?.....

35. O que essa pessoa faz que o torna tão ruim?

SITUAÇÕES DE VIDA:

36. Você já assistiu em casa ou na vizinhança:

- morte
- crime
- assalto/roubo
- briga, de quem.....
- relações sexuais, de quem.....
- bebedeira, de quem.....

37. Você já foi vítima de: ( ) agressão física, por quem?.....

- abuso sexual, por quem?.....
- passou fome na rua
- passou fome em casa
- doenças

38. Por que você acha que aconteceu isso contigo?

39. O que deveria ter acontecido para não teres sido vítima disso?

40. Alguma vez você foi forçado a fazer alguma coisa que não queria? ( )S ( )N

( ) roubar

( ) manter relações sexuais

( ) assistir relações sexuais

( ) usar álcool

( ) usar drogas

( ) outros.....

41. Por que você acha que aconteceu isso contigo?

42. O que deveria ter acontecido para ser diferente?

#### QUESTÕES PESSOAIS ATUAIS:

43. Hoje, você mantém relações sexuais? ( )S ( )N

44. Com quem? ( ) namorada

( ) amiga

( ) qualquer pessoa

( ) outros.....

45. Você se prostitui? ( )S ( )N

Se sim, desde quando?

46. Você usa camisinha para fazer sexo? ( )S ( )N

47. Você já pensou em se prostituir para ganhar dinheiro? ( )S ( )N

48. Se não, por que não se prostituiu?

49. Quando você estava em casa, de que coisas tinha medo?

50. De que coisas você tem medo hoje?

51. Quando sente medo, o que você faz?

52. Qual foi a pior coisa que aconteceu na tua vida?

53. Por que você acha que aconteceu isso contigo?

54. O que deveria ter acontecido para que fosse diferente?

55. Qual foi a melhor coisa que aconteceu na tua vida?

56. Por que você acha que aconteceu isso?

EXPECTATIVAS:

57. Onde é melhor: ( ) na tua casa

( ) na rua

Por que?

58. O que você espera do futuro?

59. O que deve acontecer para que isso se realize?

\* Endereço dos pais.....

## ANEXO B

### ROTEIRO DE ENTREVISTA COM FAMÍLIAS DE MENINOS EM SITUAÇÃO DE RUA.

1. Nome do pai:
2. Nome da mãe:
3. Quem respondeu a entrevista:
4. Número de pessoas que moram na casa?
5. Quem faz parte da família:  pai
  - mãe
  - padrasto
  - madrasta
  - tios
  - irmãos
  - avô/avó
  - amigos
  - outros.....

Número de filhos na família:

6. Algum filho falecido?  S  N

Quantos?

Idade?

Sexo?

Motivo do falecimento?

7. Alguma criança vive a maior parte do dia nas ruas?  S  N Quantas?

8. O que essas crianças fazem nas ruas?

9. Por que isso acontece?

10. Costumam voltar para casa?  S  N

Frequência:  diariamente

até 3 vezes por semana

uma vez por semana

quinzenalmente

mensalmente

11. Já aconteceu de alguma vez não voltar para casa?  S  N

12. Como a família se sente quando a criança volta para casa?

13. Como a família se sente quando a criança não volta para casa?

14. Como a família sentiu a saída da criança para rua?

15. Por que acha que isso aconteceu nessa família?

16. O que deveria ter acontecido para que fosse diferente?

17. Como sente hoje, o fato da criança estar nas ruas?

18. A saída da criança para rua foi apoiada ou estimulada por alguém da família?

S  N Por quem?

19. O que a família falava sobre o fato, nos primeiros dias da saída da criança para as ruas?

20. A criança que saiu, ajuda de alguma forma em casa?  S  N Como?.....

21. De que forma ela consegue essa ajuda?

22. O que acha que vai acontecer com a criança que está nas ruas no futuro?

23. O que acha que vai acontecer com a criança que está em casa, no futuro?

24. É percebida alguma diferença das crianças que estão nas ruas daquelas que estão em casa?  S  N Qual?

25. Na sua opinião, quem vai se dar melhor na vida:  as crianças que estão em casa

as crianças que estão nas ruas

Por que?